

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

**ANÁLISE DOS EFEITOS DA RECESSÃO DE 2015 SOBRE A
ACELERAÇÃO DO ÍNDICE DE POBREZA NO BRASIL**

LEONARDO DA SILVA PRADO

SÃO PAULO

2023

LEONARDO DA SILVA PRADO

**ANÁLISE DOS EFEITOS DA RECESSÃO DE 2015 SOBRE A
ACELERAÇÃO DO ÍNDICE DE POBREZA NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Monografia IV
apresentado como requisito para obtenção de
título de Bacharel em Ciências Econômicas
pela Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo – PUC SP

SÃO PAULO

2023

LEONARDO DA SILVA PRADO

**ANÁLISE DOS EFEITOS DA RECESSÃO DE 2015 SOBRE A
ACELERAÇÃO DO ÍNDICE DE POBREZA NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Monografia IV
apresentado como requisito para obtenção de
título de Bacharel em Ciências Econômicas
pela Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo – PUC SP

Aprovado em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

Creio que neste espaço, ao contrário de destacar os nomes das pessoas que colaboraram para criação desta monografia, seja preferível realizar um agradecimento mais abrangente. Desta maneira, gostaria de compartilhar que esta monografia também é um resultado da colaboração de todas aquelas pessoas que direta ou indiretamente forneceram suporte para o meu desenvolvimento intelectual e pessoal. Enfatizando que, apenas incluo neste grupo aqueles que de maneira respeitosa, acolhedora e benevolente, compartilharam seu conhecimento e companhia. Para estas pessoas, dedico todos os meus agradecimentos e admiração. Isto, pois estes indivíduos são os verdadeiros responsáveis pela luta em busca do real desenvolvimento humano, compartilhando a mesma preocupação que busco transmitir nesta monografia. Por fim, em especial dedico um agradecimento ao próprio autor, que continua a usufruir da vida como um objeto de pesquisa e de desenvolvimento constante.

RESUMO

Esta monografia busca explicar o processo de intensificação da pobreza no Brasil após a crise de 2015, de maneira a caracterizar os principais influenciadores deste processo. Logo, é introduzido um breve cenário atual do crescimento da pobreza no Brasil, seguido pelo desenvolvimento de um contexto histórico e da apresentação de políticas sociais responsáveis pelo tratamento deste problema no país. A partir disto, uma das importantes análises estudadas nesta monografia se baseia no entendimento dos impulsionadores da crise econômica de 2015 no Brasil. Isto, abre espaço para o entendimento da influência da crise financeira de 2008 e das políticas adotadas no Brasil após o período de boom de commodities na década de 2000, sobre o deterioramento fiscal no país. Assim, esta monografia explica os principais impactos da crise de 2015 no Brasil, enfatizando as variáveis responsáveis pela intensificação da pobreza no país durante e após o período. Além disso, é válido apontar que a conclusão destaca uma perspectiva sobre a possibilidade de alteração deste cenário, sendo importante entender que os pontos-chaves para diminuição da pobreza no Brasil são apresentados ao longo desta monografia.

Palavras-chave: Pobreza. Brasil. Crise de 2015. Impulsionadores. Variáveis.

ABSTRACT

This monograph seeks to explain the process of intensification of poverty in Brazil after the 2015 crisis, in order to characterize the main influencers of this process. Therefore, a brief current scenario of the growth of poverty in Brazil is introduced, followed by the development of a historical context and the presentation of social policies responsible for the treatment of this problem in the country. From this, one of the important analyses studied in this monograph is based on the understanding of the drivers of the economic crisis of 2015 in Brazil. This opens space for understanding the influence of the financial crisis of 2008 and the policies adopted in Brazil after the period of commodity boom in the 2000s, on the fiscal deterioration in the country. Thus, this monograph explains the main impacts of the 2015 crisis in Brazil, emphasizing the variables responsible for the intensification of poverty in the country during and after the period. In addition, it is worth pointing out that the conclusion highlights a perspective on the possibility of changing this scenario, and it is important to understand that the key points for poverty reduction in Brazil are presented throughout this monograph.

Keywords: Poverty. Brazil. 2015 crisis. Boosters. Variables.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Pobreza no Brasil de 1992 até 2009 (% da população).....	10
Gráfico 2 - Investimento real no Brasil (2000-2010)	13
Gráfico 3 - Comparação do diferencial de juros entre o Brasil e o padrão internacional (%).20	
Gráfico 4 - Dívida bruta e créditos junto ao BNDES (% PIB).....	26
Gráfico 5 - Receitas e Despesas primárias totais (% PIB).....	27
Gráfico 6 - Série histórica da Taxa Selic e IPCA de 2010 até 2021 no Brasil (% a.a.).....	34
Gráfico 7 - PIB a preços de mercado no Brasil – Média da taxa acumulada em 4 trimestres de 2005 até 2021 (%)	35
Gráfico 8 – Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade no Brasil (% Trimestral)	36
Gráfico 9 – Comparação da média anual de salário-mínimo nominal e necessário	37
Gráfico 10 – Variação do índice de Gini em relação ao mesmo Trimestre do ano anterior ...	38
Gráfico 11 – Crescimento, Equidade e Bem-estar Social Trabalhista.....	39
Gráfico 12 – Crescimento da Renda Individual do Trabalho e seus Ingredientes Trabalhistas por Faixas de Renda per capita 2014.T4 até 2019.T2 – 15 a 59 anos	41
Gráfico 13 – Pobreza no Brasil – Proporção dos Pobres % - Série Harmonizada	42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 CONTEXTO HISTÓRICO DA POBREZA NO BRASIL E ALGUMAS REFLEXÕES.....	9
1.1 Governos Luís Inácio Lula da Silva e o boom das commodities.	11
1.2 Políticas públicas e a redistribuição de renda (2003-2010).....	17
1.3 Início do governo Dilma Rousseff.....	18
2 DETERIORAÇÃO FISCAL E A NOVA POLÍTICA ECONÔMICA .	22
2.1 O panorama fiscal e sua deterioração.	24
2.2 A implementação do ajuste fiscal em 2015 e consequência das políticas econômicas.	28
3 IMPACTOS SOCIAIS DA CRISE DE 2015 E SUAS ORIGENS	32
3.1 Cenário político-econômico brasileiro durante e pós crise de 2015.....	33
3.2 Impulsionadores da pobreza pós crise de 2015.....	38
CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

O intuito desta pesquisa se baseia na análise dos índices de pobreza no Brasil através de fatores que ocasionaram, durante o desenvolvimento do país, impactos sobre essa variável. O trabalho se origina da perspectiva de que o entendimento dos mecanismos que geram variações sobre o nível de pobreza, são atuais e importantes para elaboração de novos projetos sociais e econômicos no Brasil. De acordo com a nota técnica PNAD 2014 – breves análises: “No período 2004-2014, a distribuição de renda captada pela PNAD melhorou a cada ano: a média cresceu e a desigualdade diminuiu. A pobreza, medida por várias linhas, também caiu” (CALIXTRE & VAZ, 2015, p. 5). Assim, o país apresentou um projeto de combate à pobreza reconhecido internacionalmente entre 2004 e 2014, que a partir de 2015, impactado pela crise política e econômica, começou a demonstrar tendências aceleradas de aumento dos níveis de pobreza. Como avaliado pelo analista do IBGE, Pedro Rocha de Moraes:

Em 2012, foi registrado o maior nível da série para a pobreza, 26,5%, seguido de queda de 4 p.p. em 2014. A partir de 2015, com a crise econômica e política e a redução do mercado de trabalho, os percentuais de pobreza passaram a subir com pequena queda em 2018, que não chega a ser uma mudança de tendência. (IBGE, 2019).

Logo, em busca de alcançar uma conclusão eficaz sobre a trajetória da pobreza no Brasil, será desdobrada brevemente a evolução de projetos socioeconômicos no país desde o surgimento de crises mais recentes até a economia atual. Dentro dessas avaliações, existirá espaço para discussões de variáveis que influenciam diretamente a pobreza no país, onde a desigualdade social, educação e transformações do mercado de trabalho estão destacados. Como descrito, o estudo deve apresentar a história econômica do Brasil durante a crise da dívida externa, introduzindo características importantes da década de 80 que servirão como base inicial de reflexão da pesquisa.

Tendo em mente os objetivos desse trabalho, será necessário explicar de que maneira e por que, variáveis como inflação, taxa de juros ou desigualdade social impactam o nível de pobreza no Brasil. Isso, em busca de enfatizar efeitos endógenos e exógenos sobre a pobreza de acordo com a economia brasileira. Além disso, em um teor macroeconômico, serão orientados os cenários econômicos dos diferentes planos decorrentes da política econômica no Brasil, possibilitando uma percepção dos principais efeitos desses sobre a economia. Através dessa percepção, é necessário entender como as diferentes crises que atingiram o Brasil impactaram a capacidade de consumo da população, avaliando quais são os mecanismos que atingem diretamente e indiretamente os níveis de pobreza no país. Só a partir disso, a

monografia pode se aprofundar em como a recessão de 2015 afetou a economia brasileira. A partir dessa análise de um cenário mais atual, a pesquisa deve apontar diferenças e características que surgiram durante o processo de redução de pobreza no Brasil, de maneira a explicar quais são os caminhos mais viáveis para inverter a tendência de aumento da pobreza no país.

Porém, é importante ressaltar que o ponto principal para pesquisa e entendimento desse efeito, será orientado por uma análise mais profunda da crise de 2015 e seus impactos na economia. Ainda assim, o próximo capítulo será destinado para uma contextualização histórica brasileira, a qual acompanhará o caminhar da economia e a evolução de projetos e índices relacionados ao combate da desigualdade social e pobreza no país. Já no segundo capítulo as interpretações sobre a Crise de 2015 e seus impactos sobre a economia brasileira estão sendo desenvolvidos. O terceiro capítulo será responsável pela observação dos impactos econômicos gerados pela crise sobre o nível de pobreza no Brasil, dando espaço a avaliações adicionais sobre aspectos importantes da estrutura econômica do período. Por fim, a análise do nível de pobreza é realizada a partir da coleta de dados ou analisada através de variáveis econômicas que a impactam diretamente.

1 CONTEXTO HISTÓRICO DA POBREZA NO BRASIL E ALGUMAS REFLEXÕES

Em busca de elaborar uma análise voltada para economia brasileira, será apresentado o cenário inicial da década de 80 no país. Isso, pois os impactos da crise em 1983 criaram forças que perduraram na economia e que facilitam a compreensão inicial de como a pobreza é afetada no Brasil desde 1980. Ao final de 1980 e 1981 a política instaurada, através do controle de gastos, aumento de impostos e contrações da liquidez e crédito gerou a queda de 4,3% do PIB. Em 1983 uma política de contração da Demanda se manteve e, como resultado, houve uma aceleração da inflação que, encontrando um cenário de desindexação parcial dos salários dos trabalhadores, ocasionou em uma defasagem de 15% no poder de compra dos assalariados. Após 1983, o cenário de crise começou a se amenizar, principalmente devido projetos implementados pelo II PND, que possibilitaram um superávit comercial através do aprofundamento da substituição de importações.

Desenvolvida em análise das perdas econômicas e sociais originadas da recessão, uma nova teoria de cunho heterodoxo procurava amortizar o crescimento dos níveis de inflação através de medidas que não causariam um efeito regressivo na economia brasileira. Já que, como interpretamos, as medidas ortodoxas buscavam a diminuição de taxas de inflação a partir de políticas contracionistas que geravam grandes perdas sociais. Porém, essa proposta só foi implementada em 1986 através do Plano Cruzado. O qual, de acordo com um trabalho concluído pelo IPEA em 1989, diminuiria o nível de pobreza no Brasil através de dois fatores:

Por um lado, pelo aumento geral de salários, uma das medidas básicas do plano. O salário-mínimo foi ajustado a partir de 1º de março em 34%, passando de 600 mil cruzeiros para 804 cruzados. Por outro lado, estes ganhos salariais foram significativos em termos reais, na medida em que houve uma queda drástica da inflação. (IPEA, 1989).

Logo, é possível concluir inicialmente que a orientação das políticas adotadas sobre a economia brasileira impacta diretamente o nível de renda e o poder de consumo das famílias. É válido apontar que essas variáveis são extremamente importantes para a pesquisa, já que estudos mais profundos dos níveis de pobreza no Brasil começaram a ser estruturados a partir de análises que, comparavam a interação entre salário-mínimo e custo de cestas básicas disponíveis para consumo.

Ainda assim, o final da década apresenta uma deterioração da economia do país durante esse período. Observou-se um declínio do PIB per capita, o que nos possibilita uma reflexão controversa da década. Através de um trabalho de discussão apresentado pelo IPEA

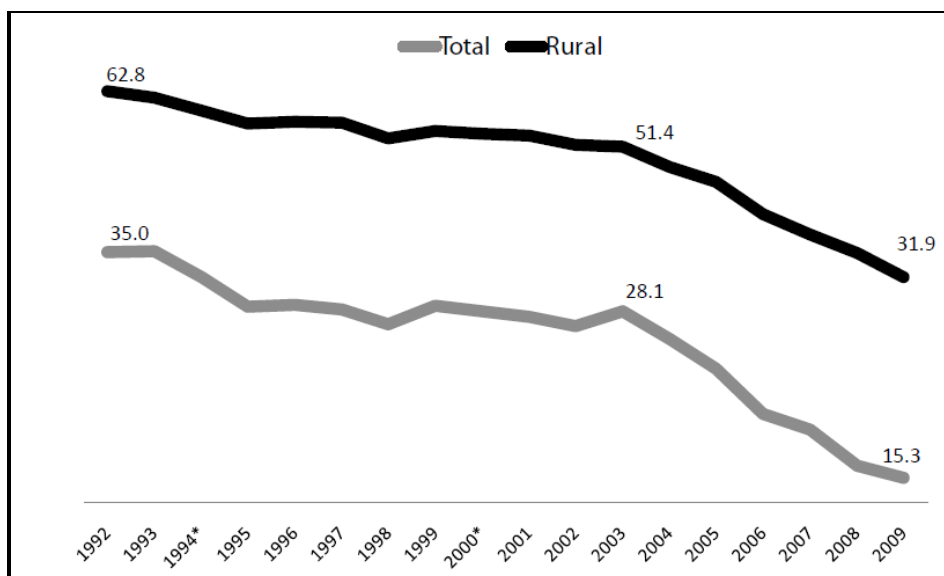
em agosto de 1992, o exame de indicadores sociais demonstrou uma diminuição da pobreza durante a década:

O que está aqui apresentado permite pelo menos apreender que a problemática da pobreza e da desigualdade social não se restringe necessariamente à insuficiência de renda de boa parte da população. A disponibilidade e o acesso aos serviços públicos de caráter essencial (água, esgoto, habitação, escola, saúde etc.) são facetas adicionais que não podem ser esquecidas, quando se pretende um tratamento mais rigoroso da questão. (IPEA, 1992).

Consequentemente, podemos concluir que os níveis de pobreza no Brasil não devem ser avaliados apenas tendo em base a renda da população ou o crescimento do PIB do país, mesmo que essas variáveis sejam extremamente importantes para a pesquisa. Isso, porque os indicadores alcançados pela pesquisa apresentada acima, demonstram que esses resultados só foram possíveis a partir do pacote de investimentos sociais instaurados na década de 70, que fornecera uma maior oferta de serviços sociais. Por fim, entende-se novamente a importância do Estado, que somado aos planos econômicos ortodoxos ou heterodoxos antes apresentados, é capaz de gerar políticas sociais que podem diminuir ou controlar os níveis de pobreza no Brasil, mesmo em períodos de dificuldades econômicas.

Tendo apresentado os pontos importantes para o início da nossa pesquisa, somado ao começo de sua contextualização, é importante explicar que a análise das próximas décadas será exibida de uma maneira mais direta. Isso, contando que os fatores apontados anteriormente sejam utilizados como base para seu entendimento. O estudo continuará tendo como base o cenário apresentado pelo gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Pobreza no Brasil de 1992 até 2009 (% da população)



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

De 1992 até 2009, o nível de desigualdade no país diminuiu de 0,5563 para 0,4887, de acordo com a CPS/FGV. Além disso, vale apontar que entre 2003 e 2009 originou-se um grande crescimento da renda apresentado pela PNAD, juntamente com o aumento do PIB per capita. Esses efeitos, aliados a outros fatores, que serão apresentados, colaboraram para a diminuição da pobreza no país durante as duas últimas décadas. Antes de exibir estes fatores, é válido apontar que até 1992, as regiões rurais detinham a maior porcentagem de pobreza entre as famílias no Brasil, porém o processo de urbanização transformaria esse cenário. Para entendermos esses efeitos, deve-se saber que os reajustes realizados do salário-mínimo nos respectivos períodos, somado a um processo de envelhecimento populacional, induziu uma melhora na base de benefícios da população. Mas um ponto significativo é explicado por Marcio Pochmann:

A derrota do neoliberalismo nas eleições presidenciais de 2002 abriu caminho para a implementação da agenda do novo sindicalismo associada à difusão do padrão de consumo de massa e ao desenvolvimento do Estado de bem-estar social. Para isso, a busca pelo pleno emprego e o combate à pobreza e à desigualdade de renda se mostraram estratégicos. (POCHMANN, 2015, p. 73).

Com isso, a criação de programas sociais, principalmente o Programa Bolsa Família em 2003 e seu desenvolvimento até o final da década, permitiram um crescimento da fonte de renda da população mais pobre. Outros benefícios como a previdência, somada ao crescimento da oferta de crédito ao consumidor também colaboraram para a diminuição dos níveis de pobreza, tendo a melhora da educação e o aumento do emprego formal criado mudanças acentuadas nas condições das famílias.

1.1 Governos Luís Inácio Lula da Silva e o boom das commodities.

Além dos fatores antes citados, que colaboraram para a diminuição da pobreza no início do século XXI, é importante entender os impactos do cenário externo sobre a economia brasileira no respectivo cenário. Assim, um dos fatores que apresentaram choques expressivos sobre as economias latino-americanas durante o período, se origina com as contínuas altas do crescimento de economias emergentes, principalmente da China e da Índia. Esses impactos surgem devido uma demanda ascendente sobre commodities como petróleo, produtos agrícolas e minérios. De acordo com Laura Carvalho, em seu livro *Valsa brasileira* (2018, p. 10), a demanda crescente por commodities permitiu que economias como a do Brasil e de outros países da América latina, diferente do panorama geral dos países desenvolvidos, reduzissem diversos indicadores de desigualdade e expandissem o nível de empregos formais.

Conseqüentemente, para desdobrar o respectivo período, será necessário compreender o primeiro e segundo mandato do governo Lula. Como é apresentado por Giambiagi (2011, p. 204), o período inicial de 2002 e 2003, foi marcado por políticas relativamente ortodoxas, que geraram fortes críticas contra a equipe econômica do período. De um lado, o então presidente do Banco Central Henrique Meirelles, defendia a necessidade das altas taxas de juros a favor do controle inflacionário e de políticas macroeconômicas. Do outro lado, o crescimento econômico em 2003, juntamente com o acordo previsto com o FMI de superávit de 3,75% do PIB, estimulou as críticas contra o conservadorismo econômico, considerando a necessidade de renegociação da dívida externa do país.

Agindo assim, o PT somou-se a um vasto conjunto de partidos de esquerda que, ao longo dos anos e em diferentes países, tinha se transformado durante o exercício do Poder, adotando políticas relativamente ortodoxas, baseadas na austeridade fiscal e na estabilidade de preços. (GIAMBIAGI, 2011, p. 207).

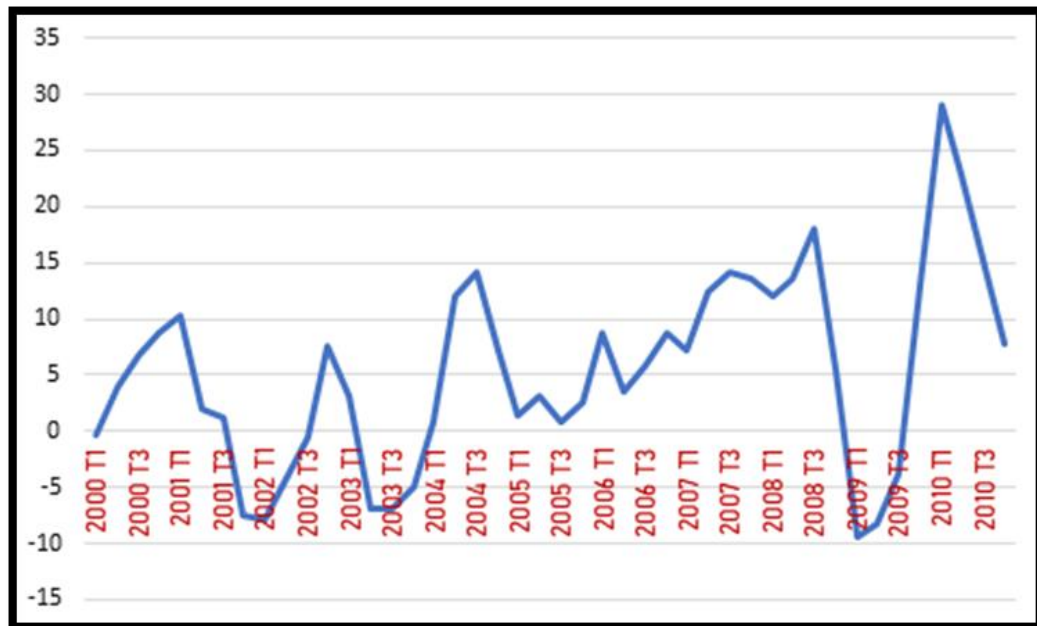
Em 2004, o partido dos trabalhadores prometeu mudanças mais significativas sobre os resultados de crescimento nacional, sendo que no mesmo ano o crescimento de 5,8% do PIB possibilitaria um ganho de confiança ao governo. O ponto chave desse crescimento se baseia na nossa observação sobre o aumento da demanda mundial por commodities. É válido apontar que o aumento das exportações orientado pelo Boom das commodities foi o fator principal que possibilitou o crescimento de 2004 e 2005.

A emergência de – literalmente – centenas de milhões de pessoas ao mercado de consumo de massas na Ásia e, em particular, nos seus dois gigantes – China e Índia – abriu um horizonte de expansão enorme para muitos de nossos produtos básicos. Isso vale tanto para itens da nossa pauta exportadora como a soja, como também para produtos com algum grau de elaboração onde, por dotação natural ou em função do resultado de investimentos anteriores, o Brasil tinha grande vantagem comparativa. (GIAMBIAGI, 2011, p. 227).

Considerando, como citado anteriormente, o cenário de diminuição da pobreza e desigualdade social, é necessário entender como tais acontecimentos impactaram a economia brasileira durante os governos Lula. Inicialmente, é possível determinar que o aumento do PIB de uma economia possibilita maior capacidade de utilização de sua receita. Ademais, o respectivo período analisado foi marcado pelo forte ajuste fiscal, promovido pelo Ministério da Fazenda, em busca de maiores superávits primários. Logo, através do modelo econômico de Olivier Blanchard apresentado em seu livro *Macroeconomia* (2017, p. 396), o aumento de exportações afeta positivamente o PIB de um país, gerando a possibilidade da elaboração de superávits primários maiores na economia.

Em suma, o aumento do PIB em 2003 se deve quase que exclusivamente do aumento de exportações, considerando que outras variáveis como investimento e gastos do governo não teriam a capacidade de gerar maiores bonificações sobre o crescimento. Isso, por exemplo, fica claro em 2005 quando o bônus econômico no Brasil já demonstrava sinais de recuo, principalmente sobre investimentos.

Gráfico 2 - Investimento real no Brasil (2000-2010)



Fonte: Microdados do Ipeadata. **Elaboração:** Própria do autor.

Para elaborar melhor esse argumento, Barbosa e Souza (2010, p. 7-8) apresentam como as exportações brasileiras quase duplicaram de 2002 até 2005. Sendo que, para o contorno da apreciação cambial do período, três fatores foram definitivos, são eles: o crescimento da economia mundial, a média da taxa real do câmbio e a extensão do PIS-Cofins às importações. Esse efeito colaboraria ao aumento do saldo da conta corrente no país que, somado à retomada das linhas de financiamento externo à economia brasileira, permitiria no final de 2005, o pagamento pelo governo federal de sua dívida ao FMI.

A partir disso, pode-se observar como o chamado boom das commodities afetou positivamente a economia brasileira, permitindo ao país maior capacidade em gerir suas imperfeições. Esses benefícios se disseminariam, de acordo com Carvalho (2018, p. 10), na menor vulnerabilidade a mudanças no cenário externo e na taxa de câmbio brasileira. O que será validamente observado durante a crise de 2008. Além disso, o aumento da demanda de países emergentes também contribuiu para o controle da inflação no Brasil, considerando a valorização do real decorrente da entrada de capital estrangeiro no país.

Ainda assim, diante o cenário favorável para o final do primeiro governo Lula, surge uma ruptura das expectativas diante o grande escândalo de corrupção do mensalão, em junho de 2005. Tal escândalo era constituído pela denúncia contra pagamentos regulares a parlamentares, com o objetivo de controles de votos no Congresso Nacional. Essa crise política, como explicada por Abreu (2014, p. 365), impediu o desenvolvimento do novo discurso econômico do PT. Para muitos, a restauração dos padrões éticos se consolidaria apenas através da retomada de antigas políticas econômicas. Conseqüentemente, ao final do mandato as prioridades do governo haviam sido alteradas, maiores atenções foram distribuídas para amenizar a crise política preservando o poder, e almejando as reeleições.

No final de 2006, com a colaboração de bons resultados econômicos, Luiz Inácio Lula da Silva é reeleito. Tendo a confiança restaurada, de acordo com Abreu (2014, p. 368-369), a preocupação com o ajuste fiscal seria pautada apenas no próximo mandato. Conseqüentemente, em 2007, substituindo a prioridade do ajuste fiscal, é recém-anunciado o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). Ademais, Abreu (2014, p. 368-369) explica que o alto preço das commodities permitia um grande dinamismo sobre as exportações do país. Isso, somado ao aumento de investimento estrangeiro direto, permitia como visto anteriormente o intenso acúmulo de reservas internacionais. Conseqüentemente, o cenário externo extremamente favorável possibilitava a disseminação do diagnóstico, em alguns setores do governo, de que o país estaria preparado para uma expansão ainda mais rápida dos gastos públicos.

A decisão pela escolha da política econômica desenvolvimentista resultou, de acordo com Barbosa e Souza (2010, p. 14), em uma maior elevação do crescimento econômico brasileiro entre 2006 e 2008 em relação ao mandato anterior. Isso, combinado ao controle da inflação e à queda da taxa real de juros no país. Nesse período, inicia-se a intensificação do processo de deterioração da política fiscal, ponto de suma importância para o estudo dessa monografia.

Três iniciativas tomadas na execução da política fiscal, ainda em 2006, marcaram a inflexão econômica: elevação substancial no salário-mínimo; aumento no investimento público; e reestruturação de carreiras e salários dos servidores públicos. (BARBOSA & SOUZA, 2010, p. 14).

Parte desse processo se originou pela reestruturação da folha de pagamentos, devido à repressão criada pelo aumento dos salários dos servidores públicos sobre a demanda. Além disso, o próprio PAC incluiu outras iniciativas fiscais que resultaram na diminuição do resultado primário do governo. Essas medidas eram compactadas por um conjunto de

desonerações tributárias, as quais buscavam aumentar o investimento privado e colaborar com o desenvolvimento do mercado de massa no Brasil.

Ainda assim, Barbosa e Souza (2010, p. 15) explicam que mesmo com a dificuldade de criar investimentos na economia brasileira, o PAC conseguiu aumentar o crescimento econômico do país juntamente com sua taxa de investimentos. Ademais, a redução do superávit primário não aumentou o endividamento do setor público entre 2006 e 2008. Assim, devido a grande apreciação do real, o período é marcado por uma forte política de aumento de reservas internacionais. Além disso, o mercado de trabalho e o de crédito atingiu um desenvolvimento considerável entre os anos apresentados.

No período entre 2006 e 2008, o mercado de trabalho apresentou um desempenho notável: massa salarial e rendimento médio cresceram expressivamente. Nestes três anos foram criados 4,3 milhões de novos postos de empregos formais (mesmo levando-se em conta os efeitos da crise no último trimestre de 2008, com perda mais de 600 mil empregos). Desta forma, a taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas, que atingira um máximo de 10,7% em julho de 2006, recuou para um mínimo de 6,8% em dezembro de 2008, tendo se mantido na faixa de 8% desde esse momento. (BARBOSA & SOUZA, 2010, p. 18).

Em 2007, de acordo com Barbosa e Souza (2010, p. 20), o quadro de grande atividade econômica em conjunto da redução da produção e elevação do preço de leite e feijão, geravam dois choques de oferta sobre a economia brasileira. Assim, a inflação brasileira começa a sofrer alterações, sendo deteriorada em 2008 com a elevação dos preços das commodities. O tratamento desse aumento inflacionário se deu a partir de políticas monetárias e fiscais, onde impostos indiretos foram diminuídos sobre trigo e seus derivados em conjunto com a menor Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico da gasolina e do óleo diesel. Essa trajetória inflacionária definiria a redução da taxa Selic pelo BC em 2005 e sua elevação em 2007 e 2008.

Também em 2008, o Brasil e o mundo enfrentaram uma crise mundial originada de uma bolha imobiliária no mercado de crédito norte-americano. A intensificação dessa crise, como explica Abreu (2014, p. 373), decorreu com a quebra do banco de investimentos Lehman Brothers, o que gerou o estancamento da concessão de créditos ao setor privado e a perda de confiança de consumidores e empresas nos EUA. Com isso, o tratamento da crise estendeu-se à utilização de novas políticas econômicas em diferentes países, as quais desenvolveriam grandes déficits fiscais. Da perspectiva brasileira, certos indicadores macroeconômicos que foram destacados até agora, favoreceram para o tratamento da crise de 2008 no país.

Para explicar de maneira mais clara, Abreu (2014, p. 373) esclarece que o maior benefício brasileiro sobre o controle dos impactos da crise de 2008 se baseou em suas abundantes reservas internacionais, em conjunto com seu sistema financeiro mais sólido. Além disso, medidas fiscais iniciais implementadas pelo Banco Central e a redução da incerteza no país, possibilitaram o tratamento da crise de maneira mais efetiva. Conseqüentemente, de acordo com dados do IBGE, o PIB a preços de mercado do Brasil apresentou uma queda para a ordem de -1,2% no terceiro trimestre de 2009 e forte recuperação em 2010 onde o terceiro trimestre atingiu a ordem de 7,5%.

Sobre tal cenário, é interessante apontar que como Giambiagi (2011, p. 217) apresenta, nas crises que se antecederam no Brasil o setor público agia como devedor líquido em dólares. Com o sucessivo acúmulo de reservas, o setor público atuou como credor líquido do exterior durante a crise de 2008, considerando que as reservas internacionais do Brasil eram maiores que sua dívida externa bruta.

Anteriormente, uma desvalorização (apreciação) cambial fazia a dívida pública aumentar (diminuir). Na nova situação, porém, o fenômeno passava a ter o efeito oposto, em face da citada posição externa líquida credora. Uma crise externa, que em várias ocasiões nos anos de 1990/começo da década de 2000 tinha causado problemas de Balanço de Pagamentos e, via câmbio, pressionado a relação Dívida pública/PIB, passava agora a gerar efeito fiscal de sentido exatamente contrário. (GIAMBIAGI, 2011, p. 217).

Logo, a desvalorização cambial de 2008 diminuiu inicialmente a dívida pública no Brasil, que em 2009 aumentaria seguindo o movimento de apreciação cambial. Durante a crise, temia-se também um impacto sobre as contas externas do país, mas a recuperação na área se sucedeu de maneira ágil. De acordo com Filho e Oliveira (2013, p. 45) dados do Funcex mostram que em 2010, o preço das exportações brasileiras já havia se elevado acima dos padrões pré-crise, favorecendo a recuperação rápida do superávit da balança comercial do país.

Ainda assim, Abreu (2014, p. 375) lembra que a crise de 2008 exigiu grandes operações das economias desenvolvidas para diminuir seus danos, criando a necessidade de medidas de estímulo monetário e fiscal em uma escala nunca projetada anteriormente. No Brasil, esse cenário permitiu ao governo desenvolver importantes mudanças do regime fiscal e da relação entre Estado e economia. Abreu (2014, p. 375) aponta que, de um lado, a crise permitiu a racionalização do padrão de afrouxamento fiscal brasileiro. De outro, existiu a diminuição do aconselhamento externo, considerando que o Fundo Monetário Internacional e

o Banco Mundial defendiam o afrouxamento geral da política fiscal sem preocupações com as especificidades econômicas.

Inicialmente, dando seguimento ao pensamento de Abreu (2014, p. 375), esse afrouxamento fiscal era resultante de planejamentos realizados no período pré-crise no Brasil. Todavia, essa racionalização apresentou tendências gradualmente mais difíceis de serem controladas após a crise, causadas pela recuperação econômica seguida do contínuo expansionismo fiscal. O motivo para isso, como Abreu (2014, p. 376) encerra a discussão, é que mesmo com a recuperação econômica, o cenário da crise internacional gerou temor sobre o governo. Conseqüentemente, ocorre o lançamento da candidatura de Dilma Rousseff de maneira antecipada em 2009. Assim, atingir sua candidatura era o objetivo principal da política econômica de seu partido, sendo riscos políticos considerados desnecessários.

1.2 Políticas públicas e a redistribuição de renda (2003-2010).

Finalmente, é possível visualizar como a entrada de receita oriunda do setor externo durante o período do boom das commodities, permitiu ao governo uma possibilidade adicional de implementação de políticas públicas. Surgem assim, programas que permitiriam a diminuição da desigualdade social e da pobreza no Brasil e em outros países da América Latina. De acordo com Carvalho (2018, p. 15) esses programas, diferente dos elaborados durante o Milagre Econômico, se basearam em três bases: distribuição de renda na base da pirâmide; maior acesso ao crédito e infraestrutura. Logo, o planejamento é o que irá destacar o choque na diminuição da pobreza brasileira nos anos seguintes do governo Lula.

O aumento do resultado primário iniciou o processo de redução da relação dívida/PIB do setor público, que iria prosseguir até a eclosão da crise financeira internacional, em fins de 2008. Já o aumento nas transferências de renda do governo federal às famílias mais pobres ocorreu, sobretudo, por meio do aumento real do salário-mínimo e da ampliação dos instrumentos de combate à pobreza. (BARBOSA & SOUZA, 2010, p. 6).

Como apresenta Abreu (2014, p. 369), desde 2002 o Partido dos Trabalhadores defendia a elaboração de um programa que erradicaria a pobreza extrema no Brasil, o inicialmente chamado Fome Zero. Com sua evolução e compreensão do desafio, o programa originou o Bolsa Família, que ofereceria uma capacidade maior de transferência de renda. Tal programa condicionava seu benefício ao cumprimento, por parte das famílias, de níveis estipulados para nutrição, saúde e frequência de crianças as escolas. O Bolsa Família demonstrou rápida aceleração, de acordo com dados do IPEA em 2003 ele atendia 3,6 milhões de famílias e já em 2010 havia expandido o total para 12,7 milhões de famílias.

Abreu (2014, p. 370), também aponta a política de reajuste salarial durante o governo Lula como um ponto importante sobre a redistribuição de renda no Brasil. Isso, pois mantendo o salário-mínimo acima das taxas inflacionárias foi possível incrementar o poder de barganha dos trabalhadores, além de aumentar em taxas consideráveis o valor real dos salários-mínimos. Assim, em decorrência do crescimento econômico e de políticas redistributivas nos anos seguintes do mandato Lula, a redução da pobreza foi marcada de forma acentuada.

O número de indivíduos vivendo em condições de pobreza extrema, que havia sido reduzido em 31,9%, entre o plano real e o final do segundo mandato de FHC, sofreu forte redução adicional de 50,6% durante os dois governos do presidente Lula. O coeficiente de Gini caiu de 0,563, em 2002, para 0,530, em 2010. (ABREU, 2014, p. 370).

Por fim, Abreu (2014, p. 370) destaca que o governo Lula também promoveu programas que direcionaram grandes benefícios para grandes empresas e estatais. Tais benefícios geraram críticas referentes ao impacto na distribuição de renda no país, principalmente sobre o teor de que tais benefícios superavam os custos da transferência de renda em programas como Bolsa Família. Dentre tais programas estava a política de escolha de “campeões nacionais”, onde grandes empréstimos eram subsidiados pelo BNDES sendo financiados pelo Tesouro através da emissão de dívida pública.

Assim, ainda que os mandatos durante o início do século XXI tenham gerado grandes avanços sociais, importantes problemas da economia brasileira não foram solucionados. Por exemplo, a área relacionada aos investimentos internos não conseguiu ganhar força para funcionar independentemente de cenários estrangeiros favoráveis. Sendo assim, a economia brasileira não desenvolveu um alicerce autônomo que deveria sustentar sua capacidade de dar continuidade aos projetos de combate à pobreza e a desigualdade social.

1.3 Início do governo Dilma Rousseff.

Nesse tópico será apresentado um cenário breve sobre os primeiros anos do governo Dilma e suas características, sendo a análise fiscal do período desenvolvida em continuidade no próximo capítulo. Sendo assim, é importante apontar que a economia nesse novo período da história brasileira precisaria estabelecer novos modelos de crescimento, considerando o enfraquecimento do ciclo positivo apresentado anteriormente nos governos Lula. Sobre essa perspectiva, Carneiro, Baltar e Sarti (2018, p. 12) explicam que esse modelo deveria alcançar um novo nível de investimento, o qual necessitaria superar o patamar de crescimento de seu período antecessor. Entretanto, para isso existiam diversos obstáculos, considerando que a

demanda industrial não o justificava devido suas escalas de produção elevadas. Além disso, as tecnologias indisponíveis e os grandes riscos atrelados à infraestrutura dificultavam o crescimento do investimento.

O arrefecimento do ciclo de 2003-2010 impunha a necessidade de se buscar um novo modelo de crescimento para superar os limites do padrão anterior. Para tanto, a escolha recaiu na diversificação da estrutura produtiva para reverter a especialização regressiva e na ampliação da infraestrutura, em parte sobre utilizada, em parte sucateada por anos de baixo investimento. A força motriz principal seria, nesse caso, o investimento autônomo, privado e público, apoiado diretamente por ações do Estado. (CARNEIRO, BALTAR & SARTI, 2018, p. 12).

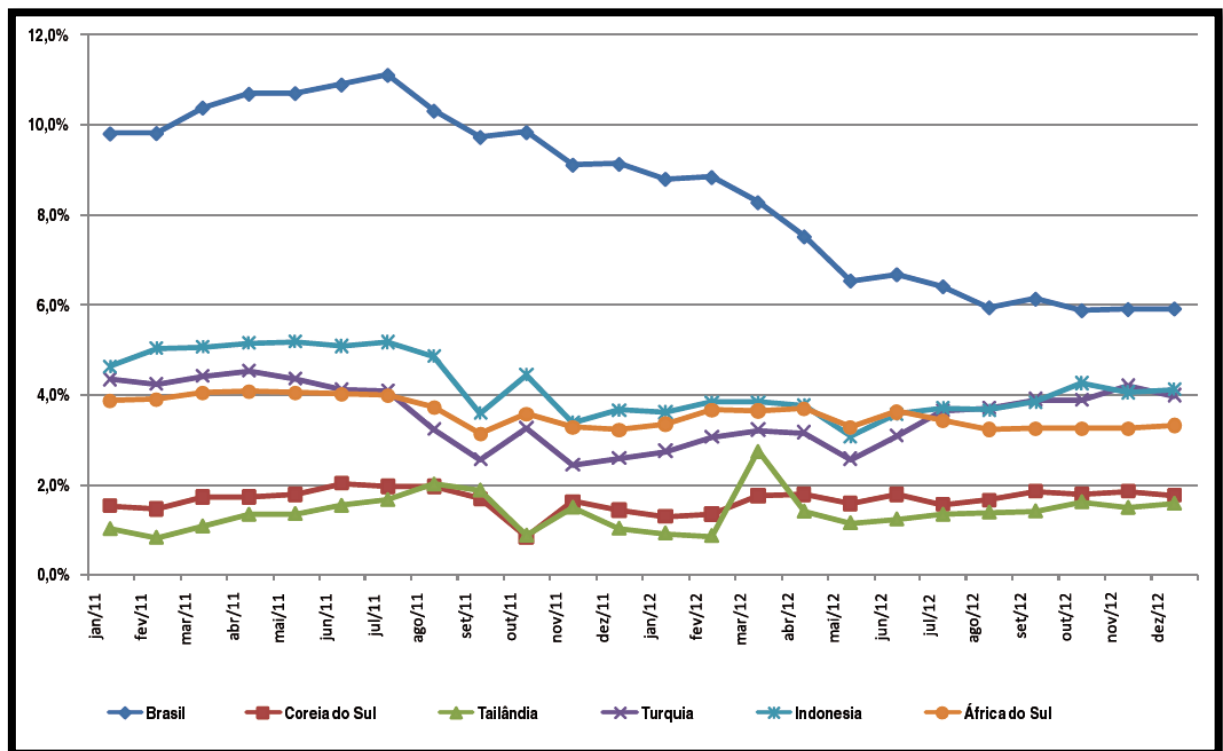
Para entender o que é apresentado como esgotamento do ciclo 2003-2010, é importante observar inicialmente que depois desse período, do ponto de vista financeiro, desenvolve-se uma crescente instabilidade que intensificava os impactos da liquidez global sobre a economia brasileira. Da perspectiva de Carneiro, Baltar e Sarti (2018, p. 13), tal acontecimento decorre devido à utilização de políticas monetárias não convencionais contra a crise dos países industrializados. Além disso, os autores apresentam a avaliação de que a partir de 2011, após a recuperação da crise, intensifica-se uma diminuição dos fluxos de capitais para os países não industrializados, juntamente com um aumento de sua volatilidade. Ou seja, diferente dos anos anteriores analisados, o governo Dilma é estabelecido diante um cenário mundial mais desafiador.

Ainda assim, de acordo com Novais, Cagnin e Junior (2014, p. 51), nos primeiros anos de mandato de Dilma a economia atingiu resultados positivos. Dentre estes, destacam-se a redução do diferencial entre as taxas de juros doméstica e internacional, além da redução do déficit fiscal nominal e da dívida líquida do setor público. Ademais, ocorre a desvalorização do real e a diminuição da taxa de desemprego. Para entender esse cenário, é importante observar as mudanças sobre a política cambial, monetária e fiscal a partir de 2011. Para isso, em seguida será apresentado brevemente as principais características e impactos sobre a política monetária e cambial no início do primeiro governo Dilma, sendo suas posteriores propriedades exibidas juntamente com a nova perspectiva fiscal no próximo capítulo.

Logo, um ponto importante destacado por Novais, Cagnin e Junior (2014, p. 54), é de que a partir do primeiro semestre de 2011, em busca de realizar um controle mais efetivo sobre a aceleração da inflação afetada pelos preços internacionais das commodities, a estratégia monetária de rápidas elevações das metas de juros foi substituída pelo gradualismo. Em continuidade, a partir de setembro de 2011, com a intensificação da crise do Euro, a busca pela redução da meta de juros foi favorecida. Isso, devido a tendência decrescente da inflação

atingida pelo preço das commodities no mercado internacional. Já no final de 2012, a inflação apresenta uma nova aceleração em conjunto com o baixo desempenho econômico brasileiro, enquanto a autoridade monetária conserva a meta da taxa Selic em 7,25% a.a. Além disso, Novais, Cagnin e Junior (2014, p. 57) apontam que novos instrumentos em prol da reativação da demanda privada foram estabelecidos em paralelo com a diminuição da taxa de juros. Além de que, no mesmo período, o governo instigou a atuação anticíclica dos bancos públicos, impedindo a diminuição da contratação de crédito pelos bancos privados.

Gráfico 3 - Comparação do diferencial de juros entre o Brasil e o padrão internacional (%)



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Grupo de Economia / Fundap.

Da perspectiva da política cambial, Novais, Cagnin e Junior (2014, p. 59) destacam três grandes mudanças: Primeiramente, seus objetivos e metas descolam da política monetária. Buscava-se impedir a deterioração da competitividade da indústria brasileira na perspectiva interna e externa do mercado. Em seguida, com a definição dos novos objetivos, procura-se uma expansão da possibilidade de utilização de instrumentos em benefício da política cambial. Por último, é possibilitado uma melhor administração entre o ministério da fazenda e o BCB sobre, por exemplo, a política monetária. Um ponto importante desse período, é que a interrupção da apreciação do real foi alcançada a partir da utilização simultânea do controle de capitais, da regulação sobre derivativos cambiais e regulação

prudencial. Todavia, no início de 2012 é possível identificar em janeiro e fevereiro a atribuição da política cambial para controlar a inflação.

Por fim, como Carneiro, Baltar e Sarti (2018, p. 17) explicam, o Brasil não estabeleceu os padrões de desenvolvimento necessários no período pós-crise, pontos que serão analisados no próximo capítulo. Como resultado, a economia brasileira origina um processo de especialização regressiva até 2010, desencadeando na desindustrialização. Do mesmo modo, as cadeias produtivas foram afetadas devido à desativação da produção doméstica de insumos intermediários de maior teor tecnológico. Em 2011, com a intensificação da concorrência global, da queda de preços industriais e da elevação das importações, a desindustrialização segue um processo crescente no Brasil. O próximo capítulo será destinado para uma observação direcionada ao agravamento do panorama fiscal, dando espaço à algumas políticas estabelecidas no período do governo Dilma e seus impactos. Além disso, aspectos adicionais sobre alocação de mão de obra serão introduzidos em seguida, na busca de dar continuidade às análises de impactos sociais e econômicos.

2 DETERIORAÇÃO FISCAL E A NOVA POLÍTICA ECONÔMICA

Sobre o modelo econômico instaurado em 2011 no governo Dilma, Carvalho (2018, p. 53) destaca que a agenda compreendeu a redução de juros, a desvalorização do real, a contenção de gastos e investimentos públicos, além de uma política de desonerações tributárias crescente. Ademais, ocorre a expansão de crédito ao BNDES e a contenção das tarifas de energia. Os resultados de tal modelo, como será desdobrado nos próximos subcapítulos, acarretaram a desaceleração econômica e a deterioração fiscal que originaram o novo modelo instaurado em 2015. Além disso, é importante salientar que tal capítulo efetua um aprofundamento maior no teor fiscal do período, mesmo assim serão acrescentadas gradualmente observações sobre políticas cambiais e monetárias relevantes à análise da monografia.

Em sequência, é válido analisarmos a perspectiva da política fiscal brasileira durante o primeiro governo Dilma. Assim, Novais, Cagnin e Junior (2014, p. 66) destacam que inicialmente em 2011, a política fiscal assume uma postura contracionista. Resultando no primeiro semestre de 2011 em um aumento de superávit primário e fiscal, tal medida buscava diminuir a expansão da demanda agregada, possibilitando a redução da taxa Selic pela autoridade monetária. Após esse período, até o primeiro semestre de 2012 a política fiscal varia sua estratégia para um perfil anticíclico, o qual desencadeou um complexo conjunto de operações financeiro-fiscais. Outro ponto importante se origina da adoção de desonerações tributárias em busca de estimular a produção em setores específicos de produção, em prol da contenção inflacionária.

Durante a análise neste capítulo é importante compreender o objetivo das desonerações fiscais citadas acima. Novais, Cagnin e Junior (2014, p. 67) apresentam essa política como uma procura pelo reaquecimento econômico aliado ao desenvolvimento da competitividade da indústria nacional, a qual era afetada pela apreciação cambial e pela intensificação da concorrência no mercado interno e externo. Em agosto de 2011, foi lançado o Plano Brasil Maior, onde a maior parcela das desonerações fiscais se integrava. Sucessivamente, em 2012, tal plano sofreria a complementação de novas desonerações fiscais. Sendo assim, pode-se afirmar que a política fiscal anticíclica adotada pelo governo objetivava a redução tributária conciliada ao crescimento de investimentos, estabilizando a meta fiscal.

Todavia, Novais, Cagnin e Junior (2014, p. 68) explicam que em decorrência da forte incerteza internacional somada às expectativas empresariais pessimistas, as desonerações não

ocasionaram seus impactos planejados como estímulos fiscais, decorrendo na necessidade de novas intervenções governamentais. Sendo assim, o segundo semestre de 2012 é destacado pela adoção de pacotes de acrescentamento das compras governamentais e dos investimentos públicos. Ainda assim, no final de 2012 são instituídas novas renúncias fiscais.

No final de agosto de 2012, juntamente com a redução, de 5,5% para 2,5% a.a., da taxa de juros cobrada no PSI, o que a levou para patamares reais negativos, foram anunciadas a prorrogação e a definição de novas renúncias fiscais, num total de R\$ 5,5 bilhões, divididos entre os anos de 2012 (R\$ 1,6 bilhão) e 2013 (R\$ 3,9 bilhões). A redução do IPI do setor automotivo foi prolongada para o final do mês de outubro, enquanto para outros setores, como o de móveis e linha branca, a cobrança de alíquotas reduzidas foi garantida até o final de 2012 e, no caso dos setores de materiais de construção e de bens de capital, até o final de 2013. Para as empresas participantes do PSI, mas com dificuldades de pagar seus compromissos, criou-se a possibilidade de acelerar (de 48 para 12 meses) a depreciação de determinados bens (caminhões e vagões), o que implica redução do lucro contábil e, conseqüentemente, da arrecadação de Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) (em R\$ 586 milhões, segundo o Ministério da Fazenda). (Novais, Cagnin e Junior, 2014, p. 69).

Além disso, outra política utilizada no período se baseia nos subsídios e nas concessões. Sobre essa última, como Carvalho (2018, p. 78) aponta que os objetivos de tais políticas giravam sobre o aumento da participação de investimentos privados na infraestrutura nacional, reduzindo tarifas e melhorando os serviços. Todavia, o governo teve impasses para conciliar tais metas. Junto disso, desde 2011 o ajuste fiscal resultou em uma modificação sobre os investimentos públicos do país, os quais não voltariam a colaborar para o desenvolvimento econômico brasileiro. Uma das interpretações para tal efeito, se origina da reorientação da estratégia governamental, a qual destinou maiores incentivos ao setor privado do que ao investimento público direto. É importante entender que tais medidas baseadas em desonerações tributárias, concessões e subsídios são responsáveis por elevar o custo fiscal do país durante o cenário observado, resultado que será analisado mais à frente.

Em 2013, pôde-se observar os resultados mais nítidos das novas políticas adotadas e apresentadas até aqui. Ou seja, Carvalho (2018, p. 58) explica que com o anúncio do Fed sobre a eliminação da expansão monetária em maio de 2013, a expectativa da elevação da taxa de juros nos Estados Unidos desencadeou uma grande volatilidade nos fluxos de capitais para países emergentes. Em consequência, a tentativa da economia brasileira em manter a taxa Selic em decréscimo foi frustrada. Com isso, Carvalho (2018, p. 58) define três motivos para tal efeito: Primeiramente, a redução da Selic em 2011 precipitou a alta do dólar e acelerou a inflação. Em seguida, o Brasil não se precaveu em relação à volatilidade dos fluxos especulativos de capitais, que afetaram a estabilidade do real e colaboraram para a elevação

da taxa de juros. Assim, o terceiro ponto se sustenta na perspectiva de que o que permitiu o controle inflacionário em conjunto do crescimento salarial nos governos Lula, era a grande entrada de capitais e a apreciação do real.

Outro ponto abordado por Carvalho (2018, p. 56) é de que a desvalorização do real não chegou ao patamar suficiente para impactar positivamente o desempenho exportador e o crescimento industrial brasileiro. Assim, essa desvalorização deveria ser maior e mais duradoura, e mesmo que tal nível fosse atingido em prol de melhorar a competitividade internacional brasileira, talvez ela estabelecesse uma redução salarial inconciliável com o regime democrático. Enfim, o seguinte subcapítulo será destinado a fornecer uma perspectiva dos impactos e instrumentos utilizados pela nova política fiscal do governo Dilma.

2.1 O panorama fiscal e sua deterioração.

Para introduzir as seguintes avaliações dessa monografia é válido ressaltar o processo de deterioração fiscal que já abordamos anteriormente. Porém, agora essa observação dará espaço mais detalhado sobre a origem e procedimentos que resultaram na crise econômica brasileira de 2015. Nessa trajetória, Abreu (2014, p. 378) observa em 2010 um encerramento dos mandatos de Lula marcado por um forte impulso fiscal, advindo de grande expansão dos gastos públicos e novamente de volumosas transferências do Tesouro ao BNDES. Tal medida garantiria a eleição de Dilma Rousseff, ignorando os impasses crescentes e a forte aceleração da inflação, em troca de um crescimento de 7,5% do PIB em 2010.

Assim, Abreu (2014, p. 376) explica que um dos pontos mais importantes para entender o agravamento fiscal parte de uma desconstrução institucional, intensificada no segundo governo Lula. Enfatizando, a estratégia do uso da relação do Tesouro com o BNDES em prol de camuflar a origem do superávit primário a partir de recursos fiscais. Dessa forma, Abreu (2014, p. 376) apresenta um ponto importante, onde em 2008 com o temor dos impactos oriundos da crise mundial o governo opta por capitalizar o BNDES em busca de expandir seus empréstimos. A observação é que, na tentativa de camuflar o choque nas contas públicas, foi decidido adotar uma capitalização velada.

O BNDES foi agraciado pelo Tesouro com empréstimos de 30 anos e juros pesadamente subsidiados. Para bancar tais empréstimos, o Tesouro teve de emitir dívida. E isso inflou a dívida bruta, mas não a dívida líquida, porque, ao calculá-la, o Tesouro se permitiu abater da dívida bruta, como ativos, os créditos de 30 anos que havia constituído junto ao BNDES. (ABREU, 2014, p. 377).

Para entender melhor esse processo, Abreu (2014, p. 377) mostra que parte desses recursos que entraram no BNDES voltou de outras formas ao Tesouro, como por exemplo, em

operações de compra pelo BNDES de direitos do Tesouro e de grandes pagamentos de dividendos. Além disso, existia a compra pelo BNDES de dividendos futuros da Eletrobras, assim como subscrições de ações da Petrobras. Logo, essas operações eram as responsáveis pelo aumento dissimulado do superávit primário do governo. Tal método começou a ser tão amplamente utilizado, que o acesso aos recursos estatais deu origem a uma distorção na elaboração dos novos projetos de infraestrutura, de tal maneira que concepções gigantescas começaram a ganhar espaço, transferindo seus custos ao Tesouro. Além disso, o acesso a tais recursos foi destinado apenas para setores específicos, como os de petróleo e energia elétrica. Consequentemente, essas áreas foram fortemente beneficiadas apresentando sobrecarga de investimento, enquanto a escassez de investimentos públicos em outros setores prevalecia, como saneamento e transporte em massa.

Ainda assim, é válido apontar que Carneiro, Baltar e Sarti (2018, p. 298) mostram tal política de empréstimos sendo muito discutida, sob a crítica de alto custo fiscal. Onde para os autores, o custo dessa política se origina do diferencial entre a taxa Selic e a TJLP, constituindo que em 2011 e 2014 no período de redução da Selic, esse custo fiscal foi muito reduzido, considerando que o crescimento da dívida líquida só ocorreria no final de 2014. Ademais, da perspectiva do endividamento bruto, durante o período de empréstimos não existiu um aumento considerável até 2015. Logo, tal aumento decorre como Carneiro, Baltar e Sarti (2018, p. 298) explicam, do pagamento de juros e da queda real do PIB. Assim, os autores demonstram que o pagamento de juros dobrou em 2015 devido ao aumento do valor do dólar, que acresceu o pagamento de juros dos swaps cambiais de 2013. De tal modo, o resultado primário de 2015 e 2016 e a trajetória da dívida seriam originados de situações conjunturais e não de questões estruturais da economia brasileira.

Gráfico 4 - Dívida bruta e créditos junto ao BNDES (% PIB)



Fonte: Bacen.

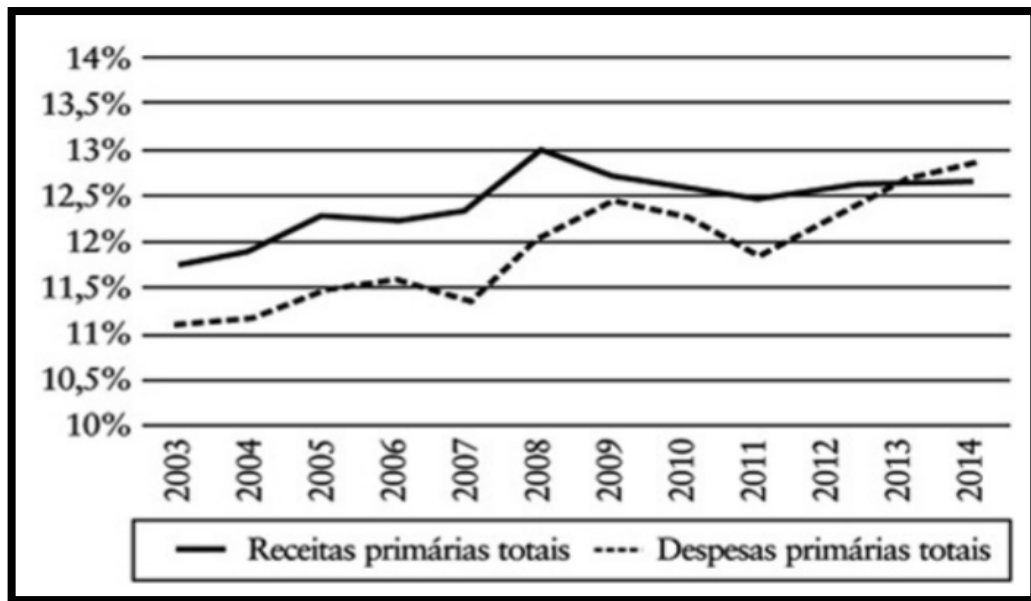
Uma análise importante nesse contexto é destacada por Salto e Almeida (2016, p. 225), da perspectiva de que a origem desse ciclo parte da crise financeira de 2008, sendo seu principal impulsionador o menor dinamismo econômico que impactaria o crescimento das receitas, e a incapacidade de diminuição das despesas, devido a rigidez de regras administrativas e orçamentárias do setor público no Brasil. Assim para os autores, após 2012 o processo de deterioração se acelera a partir da continuidade do menor dinamismo das receitas, o contínuo aumento de despesas correntes e a elevação dos investimentos destinados à construção de grandes projetos. Salto e Almeida (2016, p. 231) ainda explicam que tal trajetória das receitas não é afetada apenas pelo menor dinamismo econômico, mas também pelas políticas de desonerações apresentadas anteriormente.

Desta maneira, Salto e Almeida (2016, p. 233) demonstram que o período que se segue após a deterioração fiscal é caracterizado pelo grande crescimento de despesas de pessoal, acompanhado pelo baixo investimento e o custeio estável na proporção do PIB. Assim, as despesas primárias aumentaram enquanto as receitas recuavam durante o período, o que explica a situação frágil das contas públicas.

Dessa forma, a deterioração das contas públicas dos estados em 2008 e 2014 pode ser explicada em 28% pelo menor dinamismo da arrecadação e 72% pelo aumento das despesas. (Salto e Almeida, 2016, p. 233).

O próximo gráfico será apresentado como base da discussão atual:

Gráfico 5 - Receitas e Despesas primárias totais (%PIB)



Fonte: Secretária do Tesouro Nacional. **Elaboração:** Pedro Jucá Maciel.

Com isso, Carneiro, Baltar e Sarti (2018, p. 301) observam que a queda da arrecadação do PIB ocorre simultaneamente à um período de redução do crescimento econômico no país. Os autores apontam que desde a crise de 2008 originou-se uma mudança no nível de arrecadação federal, assim como à queda da participação da indústria no PIB brasileiro. Tal queda foi inicialmente compensada por receitas não tributárias logo após a crise de 2008, dentre elas dividendos, concessões ou extraordinárias, as quais, entretanto, não se sustentariam no momento posterior. Assim, esse panorama de queda de arrecadação, juntamente com a existência de uma regra fiscal rígida no curto prazo é importante para compreender a trajetória da política fiscal e a redução do ritmo de investimentos públicos no período.

A partir dessas observações, é válido também dar espaço à algumas interpretações de Carvalho (2018, p. 81). A autora destaca que existiu um expansionismo fiscal entre 2012 e 2014, todavia, estimulado a partir de subsídios e desonerações que não foram capazes de dinamizar a demanda agregada. Logo, sendo a opção de investimentos públicos pouco priorizada, é abandonado o efeito multiplicador sobre a renda e o emprego no curto e no longo prazo. Ademais, Orair e Siqueira (2018, p. 24) apontam que o governo implementou ao PAC uma série de despesas que não constituíam diretamente investimentos, sendo que em 2013-4 as desonerações tributárias passaram a ser consideradas como despesas dedutíveis do resultado primário. Com isso, as despesas do PAC duplicaram, entretanto os investimentos do

governo central continuaram estagnados. Conseqüentemente, tais medidas impediram uma abertura do espaço fiscal para os investimentos públicos em infraestrutura.

Sobre essa discussão Carneiro, Baltar e Sarti (2018, p. 298) apresentam que a partir de 2011, a trajetória do investimento público no Brasil se dá de uma maneira mais volátil. Naquele ano existe um forte efeito do ciclo político desenvolvendo uma forte reversão dos investimentos públicos da perspectiva do governo geral. Do ponto de vista das estatais, esse ano representou também um ano de contração, intensificando a queda dos orçamentos fiscais. Já em 2012 e 2013, existe um crescimento dos investimentos estatais, enquanto os do governo geral permanecem estagnados. Em 2014 esse efeito aparece de forma oposta, sendo os investimentos destinados ao governo geral, contraindo assim o investimento estatal e mantendo o investimento público total estagnado. Nesse cenário é importante destacar o impacto do início da operação Lava Jato, que gerou grandes impactos sobre os investimentos da Petrobras, cujo grupo estabelece 85% dos investimentos das empresas federais.

Ainda em 2014 outro acontecimento é importante para compreender os impactos das variações da taxa Selic. Como Carvalho (2018, p. 86) aponta, nesse ano a dívida bruta brasileira começa sua trajetória ascendente, subindo para 57,2%. Tal elevação, é explicada conjuntamente pelo déficit primário e novamente pelo baixo crescimento do PIB brasileiro. Entretanto, essa elevação se intensifica com o ajuste fiscal de 2015, devido à alta de juros e da recessão, ponto que será abordado no próximo subcapítulo. Essa dinâmica pode ser explicada pelo fato de o Brasil deter a maior parte de seus títulos indexados à taxa Selic, além dos índices de inflação e da própria taxa de câmbio. Conseqüentemente, Carvalho (2018, p. 87) indica que reduções da Selic implicam em uma diminuição da remuneração desses títulos, assim como seu aumento resulta no acréscimo da dívida. Logo, os anos que sucederam 2012 demonstraram um comportamento de aumento da taxa básica de juros, ocasionando o acréscimo da dívida. O próximo subcapítulo será responsável por dar continuidade à análise atual do quadro fiscal no governo Dilma, partindo do ajuste em 2015 e seus impactos sobre a economia.

2.2 A implementação do ajuste fiscal em 2015 e consequência das políticas econômicas.

No final de 2014 o economista Joaquim Levy é nomeado como ministro da fazenda, realizando no mesmo ano um ajuste fiscal. As medidas que complementaram tal ajuste, como apresentado por Carvalho (2018, p. 92), foram responsáveis para o agravamento da crise econômica do período. Isso, considerando que o número de medidas que buscavam

incrementar a arrecadação para o governo federal, não constituía uma intensidade significativa para conversão do endividamento do período. Além disso, a dificuldade dada para aprovação de novos impostos pelo Congresso diminuiu a intensidade dessas medidas. Sendo assim, novamente, dentre a consolidação fiscal os investimentos públicos foram a principal ferramenta de ajuste.

As medidas de ajuste divulgadas entre o fim de 2014 e o início de 2015 incluíam uma redução de 58 bilhões de reais nos gastos com o PAC; uma economia de 18 bilhões pela alteração das regras para recebimento do seguro desemprego, abono salarial e auxílio doença; uma receita adicional de 12,2 bilhões pelo aumento das alíquotas de PIS/COFINS e da Cide sobre combustíveis; uma arrecadação extra de 5,3 bilhões pela redução da desoneração da folha (aumento da alíquota de 1 -2% para 2,5 - 4,5%) e de 5 bilhões para volta do IPI para veículos, entre outras iniciativas de menor impacto arrecadatório. (Carvalho, 2018, p. 92).

Ademais, Carvalho (2018, p. 92) destaca que foi elaborado um reajuste brusco dos preços administrativos que resultou em um aumento dos preços de 18,1% no ano. Esse reajuste rápido que afetou principalmente as tarifas de energia elétrica, gás de bujão e gasolina, acelerou a inflação e gerou a elevação pelo Banco Central da taxa Selic por cinco reuniões consecutivas. Ainda assim, como vamos analisar em seguida, as políticas fiscal e monetária não foram os fatores únicos que acarretaram a crise de 2015, dentre eles a crise política, a grande desvalorização do real, a queda dos preços de produtos exportados, além dos efeitos da operação Lava Jato colaboraram para progressão desse cenário.

Explicando mais claramente os motivos vinculados ao ajuste de 2015, Salto e Almeida (2016, p. 238) enfatizam que o ciclo expansionista até 2014 resultou na desestruturação da consolidação fiscal do país que estava sendo feita até 2008, ponto já discutido anteriormente. A partir disto, o setor público brasileiro estabelece uma postura mais austera sobre a política fiscal em 2015. Ainda assim, como os autores apontam, a combinação de restrição financeira e elevados compromissos com despesas obrigatórias permaneceram após o ciclo expansionista. Isto, tanto devido a retração econômica que diminuía a arrecadação em todos os níveis do governo, como pela postura restritiva sobre a concessão de garantias aos novos empréstimos de estados e municípios.

Em suma, Salto e Almeida (2016, p. 245) buscam projetar que em 2014 o Brasil observou seu pior resultado fiscal, sendo em 2015 instaurado o ajuste para controle da deterioração fiscal. Todavia, o ajuste estabelecido se demonstrou ineficaz, sendo concentrado nos cortes de investimentos e em atrasos de pagamentos de fornecedores. Estas medidas favoreceram a melhora do resultado primário de estados e municípios em 2015, mas em troca

do crescimento de 31% em relação à 2014 dos restos a pagar do ano, que são as despesas contratadas e não pagas até o final do exercício. Assim, como Salto e Almeida (2016, p. 239) explicam, parte dessa recuperação não aborda a racionalização das despesas, mas sim a possibilidade de enviar o impasse para o futuro.

Na mesma trajetória Bacha (2016, p. 722) apresenta que a crise das finanças públicas não foi originada apenas da insuficiência do Brasil em gerar superávits primários, mas também devido a incapacidade da política econômica brasileira em entender e analisar a política fiscal como um de seus próprios componentes, a qual detém um relacionamento com as demais sendo influenciada e responsável por diferentes impactos. Para o autor, exemplos importantes sobre essa visão podem ser apontados pela política cambial estabelecida no período para postergação do ajuste necessário da taxa de câmbio, que gerou elevados custos aos cofres públicos, ou da perspectiva da política monetária, na qual geraram-se dúvidas sobre a eficiência da gestão da taxa Selic para o controle da inflação, considerando a correção dos preços administrativos e os mecanismos de indexação da economia. Além disso, Bacha (2016, p. 723) apresenta no cenário a necessidade do desmonte da estrutura de crédito oficial, a qual permanecia ineficiente, não transparente e que não era contabilizada integralmente no orçamento.

Bacha (2016, p. 723) ainda enfatiza que a política creditícia no Brasil não era capaz de elevar ou sustentar a taxa de investimento privado no país, tendo ainda o crédito estatal uma dificuldade de estimular o aumento de investimentos. A partir daqui o autor nos permite uma avaliação sobre os custos das políticas monetárias e cambiais que foram utilizadas no Brasil durante e após o ajuste de 2015. Logo, Bacha (2016, p. 725) aponta que o acréscimo da taxa básica de juros não desdobra o aumento do custo médio da dívida líquida. Tal fenômeno tem seu efeito impactado pelo custo de absorção das reservas internacionais e pelas perdas originadas das operações de swap cambial. Ademais o custo de créditos disponibilizado pelo governo, dos constitucionais até os extraordinários também colaborou para o aumento da dívida líquida. Nos anos que se sucederam à crise a dívida líquida diminuiu, todavia isto não ocorreu devido uma redução do endividamento bruto, mas sim de uma extensão dos ativos que dele foram deduzidos.

É verdade que o saldo da dívida líquida acaba sendo bem menor do que o da dívida bruta (36% e 66,2% do PIB, respectivamente, ao final de 2015). Contudo, essa diferença esconde a brutal desigualdade entre custos e receitas dos ativos e passivos do setor público. (Bacha, 2016, p. 727).

Da perspectiva das reservas internacionais, é válido realizar um aprofundamento sobre o aumento da taxa de juros implícita originada dos custos de operações de swap cambial. Nesta avaliação Bacha (2016, p. 730) demonstra um dilema, quanto maior as reservas de um país melhor é sua reação contra crises e maior sua segurança, todavia isso ocorre à custos crescentes. Assim, avalia-se que as reservas ganham valor na moeda nacional com o aumento do câmbio, com isso a autoridade monetária apresenta um ganho que deve compensar os custos de manutenção de reservas em conjunto com as operações de swap cambial. Além disso, o Banco Central apresenta que a dívida líquida do setor público será reduzida pelos ganhos com as reservas. Todavia, no cenário de ganho patrimonial oriundo da valorização de reservas não existe um efetivo ingresso de recursos no Banco central, decorrente da não existência de vendas. Ainda assim, é repassado pela autoridade monetária os lucros da valorização das reservas para o Tesouro Nacional.

Quanto aos swaps cambiais, Bacha (2016, p. 734) apresenta-os como um importante instrumento para política econômica, entretanto no Brasil, devido ao grau e ritmo em que foram utilizados, eles perderam sua função original. Ou seja, estes não exercem mais a função de controlar a volatilidade e disponibilizar hedge para empresas expostas aos riscos cambiais, mas sim de afetar o câmbio com objetivos secundários como o controle momentâneo da inflação. Para o autor, teria sido muito mais proveitoso administrar uma correção cambial gradual, evitando a desvalorização abrupta desencadeada em 2015, a qual contribuiu para a diminuição da atividade econômica no país. No próximo capítulo será estruturado uma trajetória sobre as políticas e impactos sociais ao longo do cenário apresentado até aqui. A partir dele é possível compreender as conexões dos impactos da crise de 2015 e a aceleração dos níveis de pobreza no país, além de outras variáveis.

3 IMPACTOS SOCIAIS DA CRISE DE 2015 E SUAS ORIGENS

O objetivo deste capítulo é fornecer um conjunto de análises e perspectivas sobre os impactos sociais que se sucederam após a crise de 2015 no Brasil. Um ponto que será abordado nesse meio é o impacto e funções das políticas sociais que se desenvolveram no país. Deste tópico Carneiro, Baltar e Sarti (2018, p. 329) destacam a política social como influência direta do Estado para transformar uma sociedade subdesenvolvida. Diretamente, os autores a apontam como pressuposto para estruturação de um Estado de bem-estar social, ou seja, como um veículo sustentado pela tributação e pelos gastos que ataca as estruturas desiguais da sociedade subdesenvolvida e possibilita a abertura para igualdade e desenvolvimento. Agora, para entender um pouco mais o panorama geral da discussão, é importante ressaltar que desde 1990 as tensões no Brasil entre a busca pelo Estado mínimo e pelo Estado de bem-estar sempre estiveram presentes.

Carneiro, Baltar e Sarti (2018, p. 334) mostram que essa tensão se intensifica durante o governo de Dilma Rousseff destacando um caráter antipopular e antidemocrático. Esse cenário permitiu o resgate da “Agenda Perdida” que foi renomeada para “Uma ponte para o futuro”. Todavia, de acordo com os autores, os economistas que participaram da formulação desta agenda permitiram que no ambiente de acelerada deterioração fiscal, a crise política fosse amplificada juntamente com as ações antidemocráticas, criando a possibilidade do retrocesso da cidadania social inscrita na Carta de 1988. Ainda assim, como já apresentado no início da monografia, existiram progressos relativos sobre as condições de vida da sociedade brasileira entre 2003 e 2014. Carneiro, Baltar e Sarti (2018, p. 343) apontam que o Brasil transitou brevemente por dois períodos de experiência desenvolvimentista, o período democrático da era trabalhista (1951-1964) e os governos Lula e Dilma, depois dos quais existiram longos períodos de estabilidade ou retrocesso no combate contra a desigualdade.

Pouco mais de uma década de trabalhismo democrático gerou as condições para o golpe militar de 1964; pouco mais de uma década de governos populares gerou as condições para o golpe parlamentar de 2016. Em ambos os casos, a economia política explica melhor que a macroeconomia: era preciso reverter os ganhos da classe trabalhadora sobre a apropriação do excedente social. Ambos se encerraram de maneira violenta e abriram espaço para uma longa hibernação de direitos fundamentais e de outros processos civilizatórios. (Carneiro, Baltar e Sarti, 2018, p. 344).

Sendo assim, Carneiro, Baltar e Sarti (2018, p. 343) interpretam o período pós crise de 2015 como o fim do ciclo de construção da cidadania social. Onde a radicalização do projeto liberal abre uma possibilidade para que os detentores de riqueza reinstaurem a reforma do

Estado iniciada nos anos 1990. Ou seja, o foco se baseia na total privatização da infraestrutura econômica-social do Brasil, impossibilitando o desenvolvimento do Estado social enquanto o Estado mínimo liberal é instaurado. Para os autores, as reformas econômicas mais recentes estabelecidas pós crise 2015 fragilizam o financiamento da educação e o Orçamento da Seguridade Social, o que atinge a sustentação dos gastos nos setores como previdência social, assistência social, saúde e programa seguro-desemprego. Tais reformas são analisadas mais a frente neste capítulo, além da trajetória dos projetos sociais que se seguiam durante a deterioração fiscal.

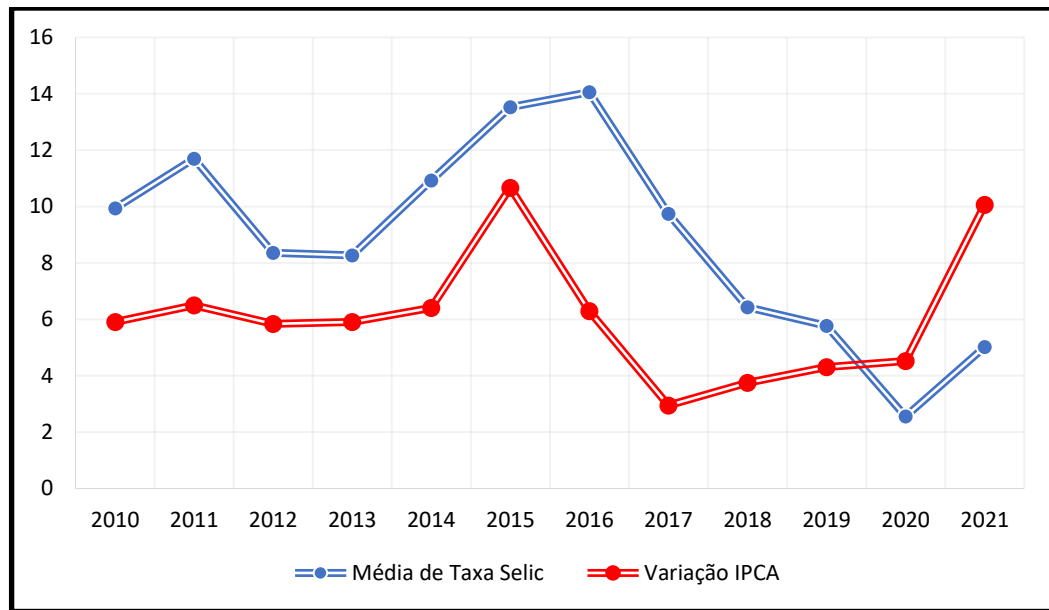
3.1 Cenário político-econômico brasileiro durante e pós crise de 2015.

Em busca de compreender e conectar esse subcapítulo, é válido iniciar com uma avaliação desenvolvida por Carvalho (2018, p. 118). Para a autora a teoria econômica se mostra efetiva em impedir os resultados de uma radicalização da democracia oriunda da conquista de direitos e cidadania. Com isso, é vendida a ideia da falta de liberdade ocasionada pelo poder do Estado, focando o neoliberalismo como doutrina com a premissa de liberdade de escolha, sendo este apresentado sempre como solução devido à falta de alternativas. Conseqüentemente, os períodos de crise como em 2015 são utilizados como distrações da população para implantação de políticas impopulares.

A crise econômica também se mostrou uma oportunidade de ouro para bloquear agendas democráticas crescentes – das mulheres, dos movimentos sociais, das minorias e da juventude – e viabilizar uma agenda ideológica de redução do tamanho do Estado. (Carvalho, 2018, p. 119).

Nessa perspectiva Carvalho (2018, p. 120) aponta o segundo semestre de 2016 como um período de grandes pressões para aprovação de reformas. Estas em busca da diminuição da influência do Estado na economia e da provisão de uma rede frágil de proteção social. Assim, o governo Temer tentava convencer seus apoiadores sobre seu comprometimento sobre estes novos ajustes e reformas. Do ponto de vista econômico, o Banco Central realizou em 2016 uma elevação da taxa de juros reais, impondo uma política monetária contracionista. A autora apresenta que, em 2015, a atuação do Banco Central no primeiro semestre era pouco justificável. Isto devido ao reajuste brusco dos preços administrativos e a elevação sucessivamente a taxa de juros, o que dificultou o controle da dívida pública sem conseguir controlar a inflação. Assim, neste ano o aumento acelerado da inflação superou a elevação da taxa de juros nominais, conseqüentemente a taxa real de juros caiu momentaneamente.

Gráfico 6 - Série histórica da Taxa Selic e IPCA de 2010 até 2021 no Brasil (% a.a.)



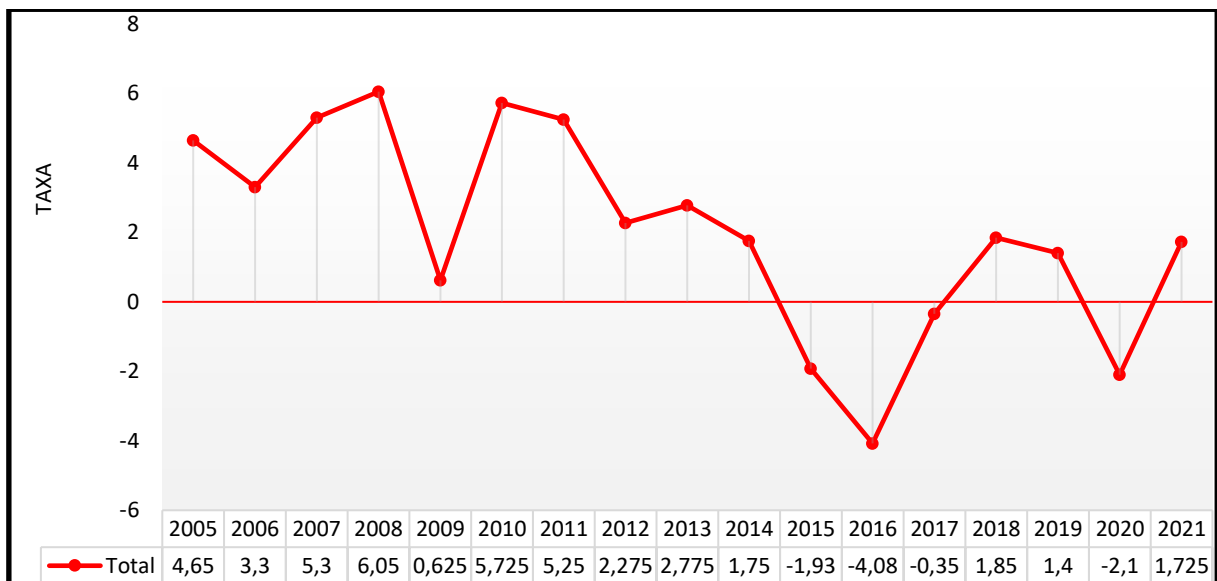
Fonte: IBGE e Banco Central. **Elaboração:** Própria do autor.

A partir do gráfico acima é possível visualizar o auge da inflação em janeiro de 2016, seguido de uma rápida queda. Carvalho (2018, p. 122) aponta que tal efeito é originado da queda em 2016 da contribuição do aumento de preços administrativos derivados do reajuste que acresceu a inflação em 2015. Além disso, o repasse cambial efetuado durante esses anos em soma à reversão da tendência de alta do dólar, colaborou para a diminuição da inflação. Ainda assim, tal efeito desinflacionário tinha sido mencionado nas atas do Copom, originado pela grande capacidade ociosa da indústria e do crescente desemprego. Em fevereiro de 2017, foi anunciado um pacote de medidas pelo governo que deveria atrair uma grande quantidade de investimentos privados nos 10 anos sucessivos. Logo, o motor de retomada da economia brasileira foi baseado na política de cortes de investimentos públicos, a qual intensificava o desemprego, a deterioração fiscal desde 2015 e o aprofundamento da recessão.

Também é interessante observar o próximo gráfico apresentado, o qual colabora para a visualização do impacto da recessão sobre a economia brasileira que desencadeou os efeitos que são observados neste capítulo. É válido analisar que o aprofundamento da recessão gerou um efeito sobre o PIB mais duradouro (sem abordar o teor de impactos especificamente estruturais) do que a crise de 2008 ou da própria pandemia do Covid-19. Além disso, a queda da taxa inflação seguiu o cenário da diminuição do PIB em 2016, tendo a taxa de juros iniciado seu declínio no mesmo ano. Este efeito relembra o cenário observado por William Philips no Reino Unido durante a formulação do seu conceito econômico da curva de Philips, onde a inflação e o desemprego apresentavam uma relação inversa.

Blanchard (2017, p. 36) apresenta que tal relação foi observada durante o período destacado no Brasil, considerando que a diminuição da inflação coincidiu com o aumento do desemprego do país como será analisado em seguida. Todavia, é válido considerar que todo conceito econômico não deve ser utilizado de maneira geral, já que recessões apresentam particularidades que desenvolvem impactos variados sobre economias e cenários distintos.

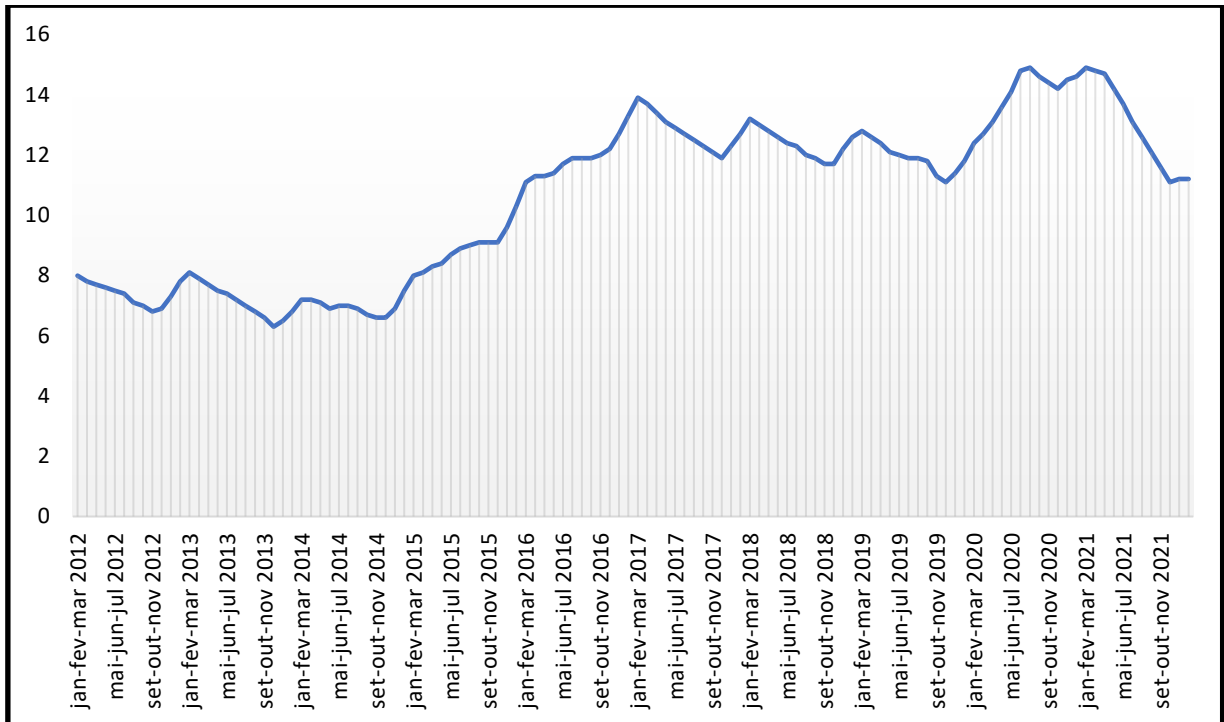
Gráfico 7 - PIB a preços de mercado no Brasil – Média da taxa acumulada em 4 trimestres de 2005 até 2021 (%)



Fonte: IBGE – Contas Nacionais Trimestrais. **Elaboração:** Própria do autor.

Das perspectivas mais diretas sobre o choque da recessão de 2014 até 2017, temos como citado anteriormente um aumento do desemprego no país. Com isso, Rego e Marques (2018, p. 246) explicam que a aceleração do desemprego e a precarização do trabalho apresentam impactos intensamente negativos sobre os programas públicos que são dependentes das contribuições observadas sobre a massa salarial dos trabalhadores estabelecidos no mercado formal de trabalho. Isto, pois tal massa salarial é composta basicamente pelos rendimentos de assalariados que apresentam carteira assinada. Um exemplo apresentado pelos autores é o da Previdência Social, que seguiu uma situação financeira árdua nos últimos anos da década de 1990.

Gráfico 8 – Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade no Brasil (% Trimestral)



Fonte: IBGE – Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal. **Elaboração:** Própria do autor.

A partir do gráfico acima é possível observar o aumento do desemprego no Brasil após a recessão, estabelecendo após 2017 uma base média da taxa de desocupação acima de 12%. Como o exemplo anterior da Previdência Social, Rego e Marques (2018, p. 248) lembram que as reformas estruturadas sobre esse programa se originam da insuficiência do financiamento dos gastos crescentes de benefícios, originado da arrecadação das contribuições de empregados e empregadores.

Logo, como apresentado no capítulo anterior, estes impactos sobre a situação das contas de Previdência surgem do crescimento da despesa e do fraco desempenho da receita, sendo as desonerações durante o governo Dilma outro agravante do panorama. Rego e Marques (2018, p. 248) partem de três pontos para analisar os determinantes do aumento da despesa da Previdência Social, sendo eles a relação do salário recebido pelo trabalhador quando em atividade com o benefício pago pelo INSS, a determinação pela legislação de um piso correspondente à um salário-mínimo e que a grande parte da população que recebe aposentadoria é composta por trabalhadores que detém carteira assinada.

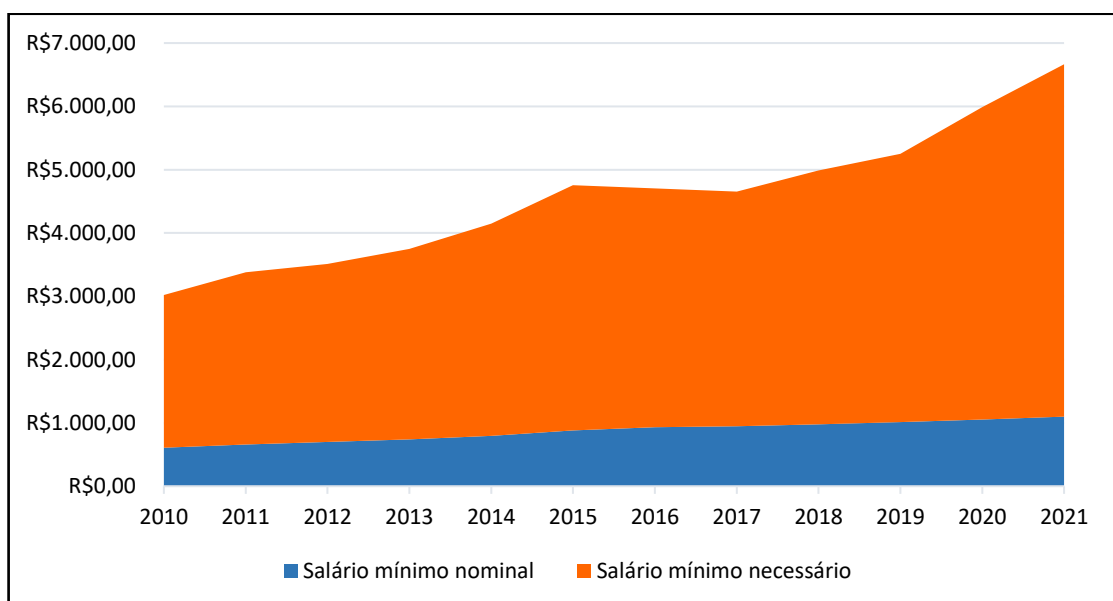
Isto significa dizer que, até certo ponto, os benefícios pagos refletem a estrutura de salários do mercado formal de trabalho. Assim, do total dos benefícios urbanos concedidos em 2015, 96,22% correspondiam a até quatro salários-mínimos e 54,1% a um salário-mínimo, o que indica distribuição quase igual à da renda dos ocupados,

altamente concentrada nos segmentos mais baixos (Tabela 18.4). No caso da clientela rural, 98,6% dos benefícios concedidos equivalem a um salário-mínimo. Dessa forma, tal como os salários da maioria da população brasileira, os benefícios previdenciários são de valor relativamente baixo, de modo que não se pode procurar a explicação do crescimento da despesa previdenciária no valor dos benefícios pagos. (Rego e Marques, 2018, p. 249).

Além disso, Rego e Marques (2018, p. 250) destacam que mesmo com o envelhecimento da população, esse processo também é seguido por um acréscimo significativo da população ativa no país, de maneira que, caso existissem oportunidades de emprego de boa qualidade, a fase da transição demográfica garantiria o financiamento dos benefícios dos aposentados. Sendo assim, da perspectiva da receita de contribuições de empregados e empregadores não é possível existir uma recuperação considerável sem a criação de postos de trabalhos regulares, com maior produtividade e em maior quantidade. Todavia, o tópico mais à frente sobre as novas reformas instauradas recentemente na economia brasileira, trata mais detalhadamente das escolhas e impactos econômicos definidos pelo país sobre a Previdência Social.

Por fim, é válido apontarmos a intensificação da tendência de crescimento entre a diferença do valor do salário-mínimo nominal e do necessário no Brasil. A partir do gráfico a seguir é possível identificar claramente o crescimento desta variação, tendo o salário-mínimo necessário apresentado um pico de crescimento em 2015, sucedido de uma forte retomada de seu crescimento em 2017.

Gráfico 9 – Comparação da média anual de salário-mínimo nominal e necessário



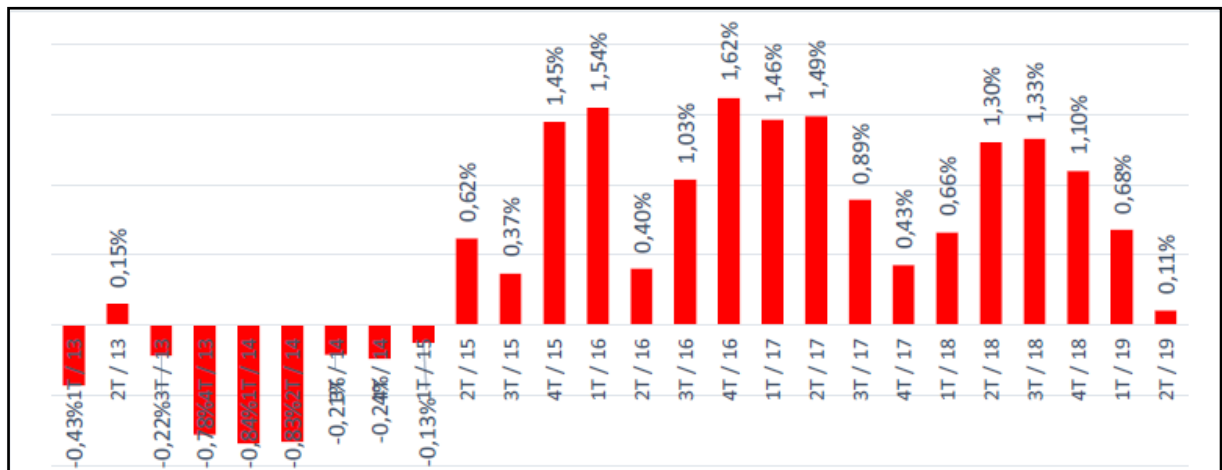
Fonte: DIEESE. Elaboração: Própria do autor.

Este gráfico nos permite analisar de perto o crescimento da pobreza no Brasil entre os anos apresentados. Isto, pois o salário-mínimo nominal representa o valor atual deste benefício, enquanto o salário-mínimo necessário destaca o valor do benefício que seria suficiente para suprir uma família no país. Ou seja, desde 2010 a evolução do salário-mínimo no Brasil não tem acompanhado os recursos necessários para manter famílias distante da pobreza, ponto que se intensifica fortemente a partir de 2014. No próximo subcapítulo, a monografia dará espaço aos principais pontos que intensificaram a pobreza após o período apresentado.

3.2 Impulsionadores da pobreza pós crise de 2015.

De início, é válido apontar que o período após 2014 é marcado pela intensificação da pobreza, a qual apresenta aumentos trimestrais constantes até o segundo trimestre de 2019, como é apresentado no Gráfico 10. Isto, de acordo com Neri (2019, p. 3) demonstra um panorama longo de concentração, sendo quatro anos de aumento da desigualdade no Brasil. Tal cenário, constitui um destaque dentro das séries históricas brasileiras, pois nem mesmo em 1989 existiu um movimento tão longo de aumentos consecutivos sobre a desigualdade.

Gráfico 10 – Variação do índice de Gini em relação ao mesmo Trimestre do ano anterior



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE.

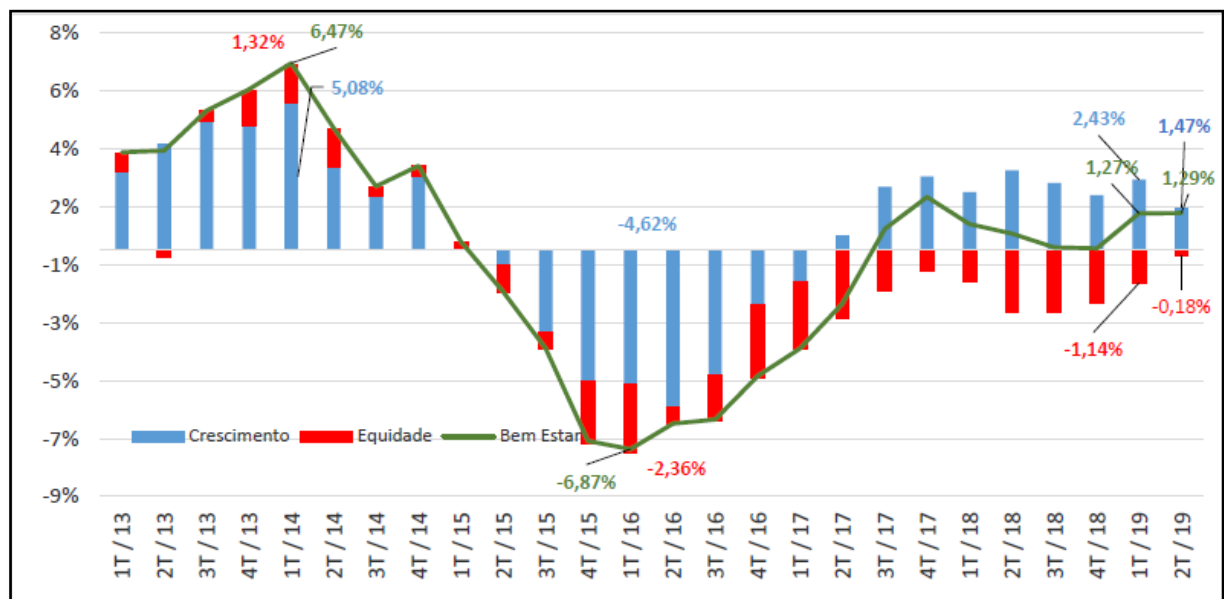
Dentro desta análise, Neri (2019, p. 5) destaca o crescimento da renda do trabalho por grupos e renda. Onde, através da divisão da renda domiciliar per capita habitual do trabalho em quatro faixas de renda, chega à seguinte conclusão:

Indo da base para o topo: i) a metade mais pobre que experimentou variações reais acumuladas de -17,1% desde o início da crise⁴; ii) os 40% intermediários seguintes que constitui uma classe média no sentido estatístico com perdas de - 4,16%; iii) os 10% mais ricos que constitui uma espécie de classe média tradicional aqui mais alinhada aos padrões americanos que apresentou ganhos de 2,55% no período; iv) os 1% mais ricos, incluídos no grupo anterior com ganhos chegando a dois dígitos de

10,11%. Este seletivo grupo tem ocupado lugar de destaque nas discussões distributivas no mundo e no Brasil. (Neri, 2019, p. 5).

Logo, o autor aponta o principal impulsionador da pobreza após a crise de 2015, a desigualdade. Isto, pois Neri (2019, p. 6) observa uma reversão da renda média no período, juntamente com a diminuição da equidade, que representa uma intensificação da reversão social. Além disso, o economista destaca que a recuperação de crescimento de renda após 2016 não impactou o bem-estar geral da sociedade brasileira positivamente devido este crescimento da desigualdade. Assim, é importante notar que, diferente do bem-estar, os níveis de crescimento da média de renda domiciliar per capita do trabalho situam-se além do observado no PIB per capita desde 2017, sendo um reflexo do movimento concentrador de renda. Sendo que, para Neri (2019, p. 6), parte da explicação sobre a lenta retomada da economia origina-se desta alta da desigualdade, devido seus impactos na elasticidade-renda no consumo das famílias.

Gráfico 11 – Crescimento, Equidade e Bem-estar Social Trabalhista



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE.

O gráfico acima compara o crescimento da renda média, a equidade e o bem-estar da sociedade brasileira até o segundo trimestre de 2019. Aqui, pode-se observar uma pequena recuperação da renda média do trabalho desde sua queda após 2014. Além disso, como Neri (2019, p. 7) aponta, o bem-estar social caiu desde o final de 2014 até o primeiro trimestre de 2017, sendo que depois desta queda o índice retorna à patamares similares do início da série em 2010. Sendo assim, o bem-estar se manteve nos níveis desde então, o que significa que sobre esta variável não existiu recuperação, mesmo que pequena. O que destaca a contradição

do aumento da renda média do trabalho e a estagnação do bem-estar é novamente a neutralização de retornos positivos pela grande alta da desigualdade.

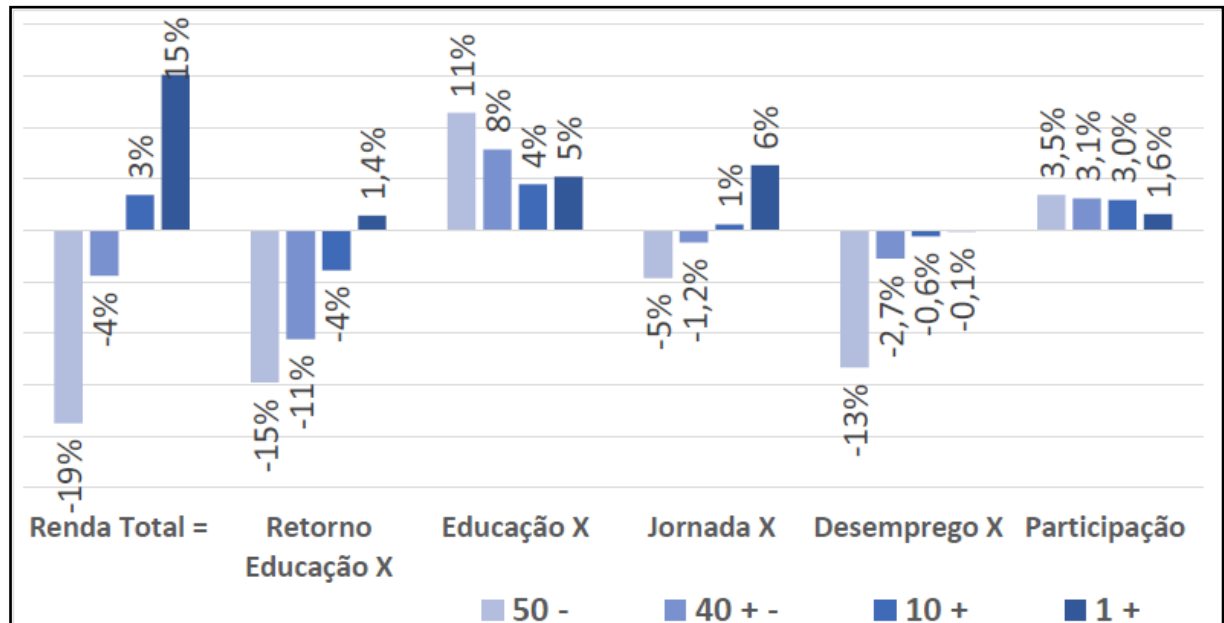
Da perspectiva da maior perda aquisitiva no período analisado, Neri (2019, p. 10) explica que através da nova PNADC é possível identificar uma queda de renda média do trabalho entre toda a população em idade ativa, não apenas para os ocupados. Dentro disto, entre o final de 2014 e o segundo trimestre de 2019, o autor apresenta uma perda de renda média acumulada de -3,71%. Além disso, é válido apontar que a maior perda ocorre entre jovens entre 20 e 24 anos, analfabetos, cidadãos da região Norte e Nordeste e pessoas negras, todos tendo uma redução de renda ao menos duas vezes maior que a da média geral.

O que explica esta redução da renda média do trabalho e da desigualdade que impacta a pobreza, de acordo com Neri (2019, p. 10), foi o aumento do desemprego. Assim, seguindo do ponto central da crise grande parte da queda de renda se originava devido à alta da inflação, a qual depois diminuiria como apresentado no gráfico 6. Logo, em 2017 este impacto era nulo. Todavia, o desemprego avança fortemente no início da crise, como é possível observar pelo gráfico 8, caindo um pouco até 2019 e falhando em desenvolver seu impacto expansionista na economia brasileira.

Em suma, o desemprego foi o principal responsável pela queda de poder de compra das famílias brasileiras, representando no período em questão -5,62 pontos de porcentagem da queda de renda ou de 3,01 pontos de porcentagem se adicionarmos o efeito aumento da participação no mercado de trabalho. Desemprego é sinal de desajuste do mercado de trabalho e de frustração. A maioria dos ocupados passa a temer cair no desemprego, e por precaução reprimem a sua demanda por bens e serviços. A crise fiscal crônica confere credibilidade à ideia de que o Estado não vai poder socorrer aos cidadãos em apuros, reforçando outros comportamentos precaucionais na demanda. (Neri, 2019, p. 11).

Como foi apresentado, Neri (2019, p. 12) aponta o efeito-desemprego como grande impulsionador do aumento da desigualdade. Entretanto, existem outras variáveis apresentadas pelo autor, como o valor da educação e a jornada de trabalho, que impactam fortemente este movimento da desigualdade. Assim, é válido observar que a atuação no mercado de trabalho desempenhou uma função de expandir a renda, mas isto mais intensamente no sentido de crescimento da renda média do que na desigualdade. Logo, o principal ponto responsável pelo crescimento inclusivo é o desenvolvimento da educação que segue sua expansão mais na base da sociedade, assim Neri (2019, p. 12) destaca que se deve potencializar o impacto da educação devido sua natureza estrutural. No próximo gráfico é possível analisar de maneira mais visual o impacto destas variáveis apresentadas sobre as faixas de renda per capita, dos 50% da população mais pobre até o 1% mais rico.

Gráfico 12 – Crescimento da Renda Individual do Trabalho e seus Ingredientes Trabalhistas por Faixas de Renda per capita 2014.T4 até 2019.T2 – 15 a 59 anos



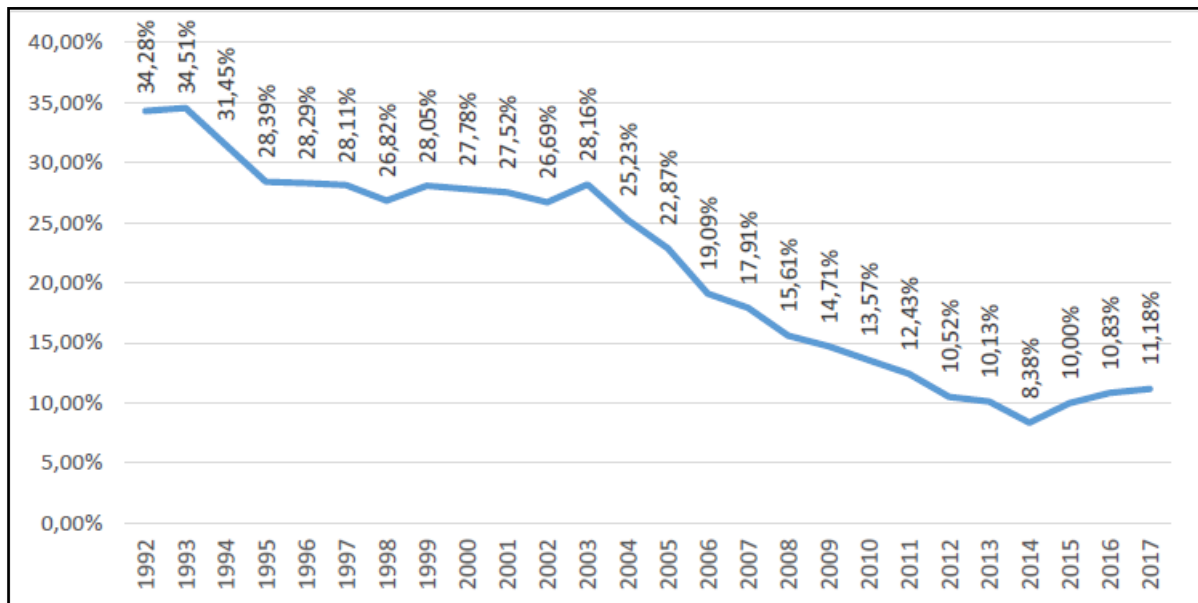
Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE.

Conseqüentemente, é nítido o impacto apresentado anteriormente sobre a educação na base da sociedade. Infelizmente, seu retorno somado principalmente ao desemprego e jornada de trabalho colaboram para a diminuição da renda total dos mais pobres. Com isso, Neri (2019, p. 18) destaca que apenas em 2015 a pobreza elevou-se 19,3%. Assim, o autor explica que a desigualdade relevante sobre a pobreza tem uma expansão muito grande no período, pois enquanto a média de renda caiu 7%, a renda dos mais pobres caiu 14%.

Tal efeito, decorre devido o congelamento nominal do Bolsa Família em 2015, enquanto as taxas de inflação e desemprego permaneciam altas. Este congelamento, que tinha como plano aumentar os gastos previdenciários, desenvolveu-se de maneira desvantajosa sobre a trajetória social e fiscal do País, como também em seu impacto na demanda agregada. Pois, da perspectiva de multiplicadores de gasto públicos, Neri (2019, p. 18) aponta que cada real gasto com o Bolsa Família aciona um multiplicador 3 vezes maior que o dos gastos previdenciários.

Por fim, uma análise da pobreza no período desenvolvido será apresentada. Neste ponto, Neri (2019, p. 15) utiliza séries longas conectando os dados da PNAD com a da PNADC anual e trimestral. Isto, com o objetivo de atingir índices mais amplos para desigualdade abordando a pobreza. Como apresentado anteriormente, apenas em 2015 o nível de pobreza disparou rapidamente, como apresentado no gráfico a seguir:

Gráfico 13 – Pobreza no Brasil – Proporção dos Pobres % - Série Harmonizada



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNAD, PNADC Trimestral e PNADC Anual/IBGE.

Esta última análise é adicionada com o objetivo de ressaltar que, como Neri (2019, p. 15) aponta, a crise não acabou em 2015, quando a série relatada na PNAD se encerra. Seus cálculos demonstram que desde o final de 2014 até o fim de 2017 a pobreza aumentou 33%, o que o gráfico demonstra transferindo-se de 8,38% para 11,18%. Assim, este resultado foi responsável por adicionar 6,27 milhões de novos pobres às estatísticas sociais.

É válido lembrar que o cenário apontado neste capítulo apresenta em sua origem um conjunto de políticas implementadas no Brasil durante e após a crise de 2008, as quais resultaram em um alto custo fiscal para o país. Assim, em 2015 foi projetado um ajuste fiscal no Brasil que apresentou um resultado ineficaz, o que conseqüentemente enviou o impasse fiscal para o futuro. Logo, as análises sobre a origem da crise fiscal no Brasil demonstradas nesta monografia, apontam que sua causa não foi apenas a dificuldade do país em gerar superávits primários, mas também devido a incapacidade da política econômica brasileira em entender e analisar a política fiscal como um de seus próprios componentes.

Este conjunto de fatores foi o que colaborou para o surgimento do longo período de concentração de renda apresentado neste capítulo. Assim, conforme desenvolvido anteriormente, de acordo com Neri (2019, p.10) o que explica a redução da renda média do trabalho e o efeito da desigualdade sobre a pobreza neste período, é o aumento do desemprego. Logo, é importante perceber que o efeito-desemprego foi o principal impulsionador da desigualdade do Brasil no cenário apresentado. Por fim, uma das análises deste capítulo se trata do destaque do principal intensificador da pobreza no Brasil após a

crise de 2015, o que possibilitou identificar a desigualdade como um dos elementos centrais que influenciam o nível de pobreza no Brasil. Entretanto, isto será apontado de maneira mais aprofundada na conclusão desta monografia.

CONCLUSÃO

Inicialmente, deve-se explicar brevemente as perspectivas desenvolvidas sobre a recessão de 2015 no Brasil. Logo, é possível observar que desde 2010 o encerramento dos mandatos de Lula foi marcado por um forte impulso fiscal, que Abreu (2014, p. 378) apresenta ser originário da grande expansão dos gastos públicos e de volumosas transferências do Tesouro ao BNDES. O importante é entender que tal fenômeno tem sua origem na crise de 2008, pois com o temor dos seus impactos o governo opta por capitalizar o BNDES em busca de expandir seus empréstimos. O ponto destacado é que, na tentativa de camuflar o choque nas contas públicas, foi decidido adotar uma capitalização velada.

Esta estratégia, como analisado por Carneiro, Baltar e Sarti (2018, p. 298), foi muito discutida, sob a crítica de alto custo fiscal. Assim, para os autores, o custo dessa política se origina do diferencial entre a taxa Selic e a TJLP, constituindo que em 2011 e 2014 no período de redução da Selic, este custo fiscal foi muito reduzido. Logo, Carneiro, Baltar e Sarti (2018, p. 298) explicam que o pagamento de juros dobrou em 2015 devido ao aumento do valor do dólar, que acresceu o pagamento de juros dos swaps cambiais de 2013. De tal modo, o resultado primário de 2015 e 2016 e a trajetória da dívida seriam originados de situações conjunturais e não de questões estruturais da economia brasileira.

Ademais, como discutido nesta monografia, Salto e Almeida (2016, p. 225) também apontam a origem desse ciclo como parte da crise financeira de 2008, sendo seu principal impulsionador o menor dinamismo econômico que impactaria o crescimento das receitas, e a incapacidade de diminuição das despesas, devido a rigidez de regras administrativas e orçamentárias do setor público no Brasil. Aqui, deve-se lembrar do ajuste de 2015, onde Salto e Almeida (2016, p. 245) buscam projetar que em 2014 o Brasil observou seu pior resultado fiscal, sendo em 2015 instaurado o ajuste para controle da deterioração fiscal. Todavia, o ajuste estabelecido se demonstrou ineficaz, sendo concentrado nos cortes de investimentos e em atrasos de pagamentos de fornecedores. Para os autores, parte da recuperação gerada pelo ajuste não abordou a racionalização das despesas, mas sim a possibilidade de enviar o impasse para o futuro.

Na mesma trajetória Bacha (2016, p. 722) apresenta que a crise das finanças públicas não foi originada apenas da insuficiência do Brasil em gerar superávits primários, mas também devido a incapacidade da política econômica brasileira em entender e analisar a política fiscal como um de seus próprios componentes, a qual detém um relacionamento com

as demais sendo influenciada e responsável por diferentes impactos. Para o autor, exemplos importantes sobre essa visão podem ser apontados pela política cambial estabelecida no período para postergação do ajuste necessário da taxa de câmbio, que gerou elevados custos aos cofres públicos, ou da perspectiva da política monetária, na qual geraram-se dúvidas sobre a eficiência da gestão da taxa Selic para o controle da inflação, considerando a correção dos preços administrativos e os mecanismos de indexação da economia.

Dentro das observações realizadas dentro da crise de 2015, foi válido concluir que o período após 2014 foi marcado pela intensificação da pobreza, a qual apresentou aumentos trimestrais constantes até o segundo trimestre de 2019, de acordo com o gráfico 10 desta monografia. Isto, de acordo com Neri (2019, p. 3) demonstra um panorama longo de concentração, sendo quatro anos de aumento da desigualdade no Brasil. Neste cenário, a conclusão importante destacada por Neri (2019, p. 6) é de que o principal impulsionador da pobreza após a crise de 2015 foi a desigualdade. Isto, pois Neri (2019, p. 6) observa uma reversão da renda média no período, juntamente com a diminuição da equidade, que representa uma intensificação da reversão social. Sendo que, para Neri (2019, p. 6), parte da explicação sobre a lenta retomada da economia origina-se desta alta da desigualdade, devido seus impactos na elasticidade-renda no consumo das famílias.

Da perspectiva da maior perda aquisitiva no período analisado, Neri (2019, p. 10) explica que através da nova PNADC é possível identificar uma queda de renda média do trabalho entre toda a população em idade ativa, não apenas para os ocupados. Sendo que a maior perda ocorre entre jovens entre 20 e 24 anos, analfabetos, cidadãos da região Norte e Nordeste e pessoas negras, todos tendo uma redução de renda ao menos duas vezes maior que a da média geral. O que explica esta redução da renda média do trabalho e este efeito da desigualdade impactando a variável pobreza, de acordo com Neri (2019, p. 10), foi o aumento do desemprego. Isto, pois o desemprego avançou fortemente no início da crise, como é possível observar pelo gráfico 8, caindo um pouco até 2019 e falhando em desenvolver seu impacto expansionista na economia brasileira.

Ademais, Neri (2019, p. 12) apontou o efeito-desemprego como grande impulsionador do aumento da desigualdade. Entretanto, existem outras variáveis apresentadas pelo autor, como o valor da educação e a jornada de trabalho, que impactam fortemente este movimento. Sendo assim, para Neri (2019, p. 15) a crise não acabou em 2015, quando a série relatada na PNAD se encerra. Seus cálculos demonstram que desde o final de 2014 até o fim de 2017 a pobreza aumentou 33%, o que o gráfico demonstra transferindo-se de 8,38% para 11,18%.

Assim, este resultado foi responsável por adicionar 6,27 milhões de novos pobres às estatísticas sociais. Um ponto importante neste tópico, é de que esta monografia não desdobra o período mais recente da pobreza no Brasil, focando nos originadores e impactos de crise de 2015. Entretanto, é preciso entender que a trajetória da pobreza no Brasil seguiu um processo ainda mais intenso com o impacto da pandemia de Covid-19.

Além disso, dentro desta conclusão é válido apontar alternativas para o tratamento e eliminação da pobreza no país. Todavia, antes de seguirmos com esta proposta, é importante apresentar uma perspectiva nova sobre nossa discussão. De acordo com Santos (2021, p. 81), os países subdesenvolvidos conheceram neste meio século três manifestações da pobreza. A primeira delas é apresentada pelo autor como pobreza “incluída”, onde tal situação podia ser definida como uma pobreza acidental ou residual. Ou seja, ela era originária de uma inadaptação entre condições naturais e sociais, sendo produzida em uma localidade e não espalhada para suas margens. Neste cenário, a existência de técnicas que eram especialmente conectadas com o território ou vida social eram pouco expressivas, característica que Santos (2021, p. 81) apresenta como redutora da eficácia de processos racionalizadores aplicados à vida econômica, cultural, social e política.

Logo, a pobreza incluída desenvolvida dentro do cenário do parágrafo anterior detinha como soluções ações privadas, locais e assistencialistas. Sendo que, como Santos (2021, p. 81) destaca, a pobreza era compreendida como um fenômeno natural ou social. Assim, observando um mundo ainda de consumo mais restrito, onde o dinheiro não detinha um vínculo social obrigatório, o autor aponta que a pobreza era menos discriminada. A segunda classificação da pobreza é descrita por Santos (2021, p. 81) como a marginalidade. Neste segundo momento, a pobreza é analisada como uma doença da civilização, onde o próprio processo econômico detém sua produção de maneira conjunta.

Agora, o cenário se altera destacando dois fatores importantes, o primeiro sendo a ampliação das possibilidades de circulação e o segundo a adição da informação como ponto revolucionário das relações sociais, fenômeno oriundo das maneiras modernas de difusão das inovações. Assim, Santos (2021, p. 82) explica que a ampliação do consumo afeta as observações e análises sobre a pobreza. Isto, pois além da pobreza absoluta, surge uma classificação de indivíduos através de sua capacidade e forma de consumo. Sendo assim, surge uma preocupação geral entre governos e sociedades para superar o avanço da pobreza através das elites intelectuais e políticas. Tal efeito, gera a busca por soluções do Estado para solucionar o problema, considerado como grave, mas solúvel.

Sobre a fase da marginalização, é válido destacar que Santos (2021, p. 83) lembra que o grande estado de bem-estar em vários países da Europa ocidental somado à informação dos projetos dos países socialistas, inspiravam as nações pobres a estarem comprometidas, mesmo que apenas ideologicamente, com a luta contra a pobreza e seus efeitos. Logo, em países como o Brasil, o poder público era forçado a desenvolver soluções sobre tais temas. Em terceiro ponto, Santos (2021, p. 83) apresenta a pobreza estrutural globalizada, onde é revelada de uma nova perspectiva sobre o problema. Neste último cenário, é analisado o processo de geração do desemprego e a remuneração em sua trajetória descendente, onde o poder público não se estrutura para fornecer a proteção social.

Assim, Santos (2021, p. 84) aponta que é possível apontar que a atual gestão de trabalho, em conjunto à ausência do Estado, em sua função social, colabora para uma elaboração científica, globalizada e voluntária da pobreza. Logo, este fenômeno resulta da conciliação de diferentes causas, originando-se como um resultado necessário do presente processo econômico, sendo considerado muitas vezes um fator natural. Conseqüentemente, o autor explica:

Alcancamos, assim, uma espécie de naturalização da pobreza, que seria politicamente produzida pelos atores globais com a colaboração consciente dos governos nacionais e, contrariamente às situações precedentes, com a convivência de intelectuais contratados – ou apenas contratados – para legitimar essa naturalização. (Santos, 2021, p. 84).

Ou seja, nesta fase os pobres não estão incluídos ou identificados como marginalizados, eles estão excluídos. Assim, Santos (2021, p. 84) aponta que atualmente a divisão do trabalho é engrenada por um mecanismo que detém em sua constituição a produção de dívidas sociais e a criação da pobreza numa escala global. De maneira que, nas atuais condições a pobreza se apresenta como uma doença quase sem remédio, oriunda não só pela expansão do desemprego, mas também pela diminuição do valor do trabalho. Além disso, é válido destacar que Santos (2021, p. 85) indica a pobreza como produzida politicamente por empresas e instituições globais. Isto, porque elas pagam por soluções parciais e localizadas, enquanto estruturalmente são as grandes produtoras da pobreza.

Então, até aqui tivemos um período para a pobreza de inclusão, marginalização e atualmente de exclusão. Desta maneira, Santos (2021, p. 85) desenvolve que esta exclusão tem sua causa em um processo racional que, mesmo sem razão, detém o poder das ações hegemônicas e comanda as demais ações. Sendo assim, identifica-se que no mundo atual as questões principais se apresentam embaçadas no capital, de maneira que um discurso de

libertação não surtirá efeito sem acrescentá-lo fortemente à discussão. Ou seja, este discurso mesmo que seja simples poderá colaborar com o desenvolvimento da base intelectual política do país, considerando que no mundo atual nada de importante tem espaço sem um discurso.

Com estes conceitos, esta conclusão busca enfatizar que, mesmo que o sistema econômico atual tenha a capacidade de desenvolver multiplicadores positivos poderosos, isto não é o suficiente para extinguir a pobreza. Para estruturar esta perspectiva, é válido lembrar de alguns exemplos presentes nesta monografia, como o impacto do congelamento do Bolsa Família em 2015 apresentado por Neri (2019, p. 18), onde é explicado que cada real gasto com o Bolsa Família aciona um multiplicador 3 vezes maior que o dos gastos previdenciários.

Além disso, outro ponto é o de Carvalho (2018, p. 81) sobre o expansionismo fiscal entre 2012 e 2014, em que ela destaca que tal processo ocorreu estimulado a partir de subsídios e desonerações que não foram capazes de dinamizar a demanda agregada. Assim, o efeito multiplicador sobre a renda e o emprego no curto e no longo prazo foi abandonado no período. Ou seja, primeiramente é notório que a capacidade benéfica do efeito multiplicador não foi tratada com seriedade na economia brasileira.

Em segundo lugar, em um cenário onde políticas sociais sejam utilizadas com grande eficiência em conjunto do fornecimento de uma boa educação e infraestrutura, temos consequentemente uma redução considerável da pobreza. Ainda assim, como deve-se lembrar de outra perspectiva apresentada nesta monografia, Carvalho (2018, p. 118) aponta que os períodos de crise como em 2015 são utilizados como distrações da população para implantação de políticas impopulares, pois é vendida a ideia da falta de liberdade ocasionada pelo poder do Estado, focando o neoliberalismo como única solução devido à falta de alternativas. Consequentemente, mesmo que uma economia obtenha resultados positivos com o combate contra a pobreza, crises podem reverter rapidamente estas conquistas, destruindo todo o progresso social e econômico desenvolvido por anos.

Sendo assim, a solução a ser apresentada por Santos (2021, p. 86) é de que não se deve confiar aos níveis inferiores de governo, o desenvolvimento de políticas compensatórias para amenizar os impactos da pobreza, ao mesmo tempo que a nível federal os planos mais dinâmicos estão sendo estruturados de maneira a gerar mais desigualdade. Para o autor, o correto deveria ser a existência de uma redistribuição de poderes e recursos dentre as diferentes esferas do poder, a partir de uma visão conjunta. Assim, precisa existir um projeto nacional sem formulações de concepções hegemônicas e limitativas da globalização recente. De maneira oposta, deve-se originar um projeto da realidade e necessidade particular de cada

nação, para atendê-las e desenvolver uma reformulação da ordem mundial. O limite atual é a concepção mundial de que a exclusão e dívida social são características imutáveis ou até naturais da economia.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo. **A ordem do progresso: Dois séculos de política econômica no Brasil.** – 2. Ed. – Rio de Janeiro: GEN LTC, 2014.
- BACHA, Edmar. **A crise fiscal e monetária brasileira.** – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.
- BARBOSA, Nelson; SOUZA, José. **A inflexão do governo Lula: Política econômica, crescimento e distribuição de renda.** São Paulo: Boitempo, 2010.
- BARBOSA, Rogério; SOUZA, Pedro; SOARES, Sergei. **Distribuição de renda nos anos 2010: Uma década perdida para a desigualdade e pobreza.** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa do IPEA, 2020.
- BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia.** – 7. Ed. – São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.
- CALIXTRE, André; VAZ, Fábio. **PNAD 2014 – Breves Análises.** Brasília: Instituto de Pesquisa do IPEA, 2015.
- CARNEIRO, Ricardo; BALTAR, Paulo; SARTI, Fernando. **Para além da política econômica.** – 1. Ed. – São Paulo: Unesp Digital, 2018.
- CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: do boom ao caos** – 1. Ed. – São Paulo: Todavia, 2018.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Pesquisa nacional de cesta básica de alimentos: Salário-mínimo nominal e necessário.** Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 23, de fevereiro de 2023.
- FILHO, Edison; OLIVEIRA, Ivan. **Boletim de Economia e Política Internacional.** Brasília: Instituto de Pesquisa do IPEA, 2013.
- GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; CASTRO, Lavinia; HERMANN, Jennifer. **Economia brasileira contemporânea** - 2. Ed. – São Paulo: Elsevier, 2011.
- NERI, Marcelo. **A escalada da desigualdade** – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.
- NERI, Marcelo; MELO, Luisa; MONTE, Samanta. **Superação da pobreza e a nova classe média no campo** – 1. Ed. – Brasília: Editora FGV, 2012.
- NERY, Carmen. **Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos.** São Paulo: Agência IBGE Notícias, 07 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>>. Acesso em: 10, de outubro de 2021.
- NOVAIS, Luis; CAGNIN, Rafael; JUNIOR, Geraldo. **A economia brasileira no contexto da crise global** - 1. Ed. – São Paulo: Fundap, 2014.

ORAIR, Rodrigo; SIQUEIRA, Fernando. **Investimento público no Brasil e suas relações com o ciclo econômico e regime fiscal**. Scielo Brasil, dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ecos/a/RfVnK5Ssxq77xNNVyfTgvZM/#>> Acesso em: 23, de Março de 2022.

PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia**. – 1. Ed. – Brasil: Intrínseca, 2020.

POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social** - 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2015.

REGO, José; MARQUES, Rosa. **Economia Brasileira** – 4 e 6. Ed. – São Paulo: Saraiva. 2010 e 2018.

ROCHA, Sonia. **Incidência de pobreza nas regiões metropolitanas na primeira metade da década de 80**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa do IPEA, 1989.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. – 32. Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2021.

SALTO, Felipe; ALMEIDA, Mansueto. **Finanças públicas** – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2016.

SILVA, Luiz. **O que mostram os indicadores sobre a pobreza na década perdida**. Brasília: Instituto de Pesquisa do IPEA, agosto de 1992.

SOUZA, Pedro. **Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926 – 2013)** – 1. Ed. – São Paulo: Hucitec, 2018.